

ISBN 978-85-94136-01-5



# II CONGRESSO

Norte Mineiro do Surdo

# XI SEMANA

Norte Mineiro do Surdo

O tradutor e intérprete de libras/língua  
portuguesa e as diversas vertentes  
profissionais

Organizadores:

Veronícia Andreza Leite Oliveira, Rosana Fróes Santos  
e Marcio Jean Fialho de Sousa

**II CONGRESSO NORTE MINEIRO  
DO SURDO**

**XI SEMANA NORTE MINEIRO DO  
SURDO**

Montes Claros - 2018

## **Anais do II CNMS e XI SNMS**

### **Organizadores:**

Veronícia Andreza Leite Oliveira, Rosana Fróes Santos e Marcio Jean Fialho de Sousa

### **Presidência da ASMOC:**

Presidente: Jacson Rafael Duarte Fonseca

Vice-Presidente: Leandro Ferreira Rocha

### **Comissão Científica:**

#### **Coordenador da Comissão Científica:**

Prof. Dr. Marcio Jean Fialho de Sousa

#### **Membros da Comissão Científica:**

Prof. Esp. Bruno Lutianny Fagundes Monção

Profª. Esp. Gabriella Lely Cardoso Martins

Profª. Me. Geane Cássia Alves Sena

Prof. Pós-Dr. Márcio Jean Fialho de Sousa

Profª. Esp. Rosana Fróes Santos

Profª. Me. Rosani Kristine Paraíso Garcia

Profª. Esp. Rosilene Fróes Santos

Profª. Me. Simaria de Jesus Soares

Profª. Esp. Themis Farias de França Desiderio

Profª. Esp. Veronícia Andreza Oliveira

---

---

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-94136-01-5



9 788594 136015

# SUMÁRIO

Apresentação geral .....	07
Resumos simples.....	08
1. A inclusão dos alunos surdos de Janaúba - MG no ensino superior: desafios e potencialidades .....	09
2. Acessibilidade para o turista surdo e deficiente auditivo nos meios de hospedagem em Diamantina – MG .....	11
3. Educação inclusiva no ensino regular: políticas públicas..	13
4. A acessibilidade de acadêmicos surdos na universidade: desafios e possibilidades.....	14
5. Educação de surdos: reflexão sobre correntes pedagógicas e o processo de ensino .....	16
6. Inclusão e surdez: reflexões sobre o tema .....	18
7. Os fios que tecem a educação inclusiva de surdos na escola regular: o que dizem os professores da escola estadual de Monte Azul/MG .....	19
8. A tecnologia e a inclusão do aluno surdo .....	21
9. A educação bilíngue: uma visão sócio-interacionista .....	22
10. Cudas: parceiros educacionais para os surdos .....	24
11. O professor e o aluno surdo: dificuldades e interação.....	25
12. Constituição da identidade cultural do aluno surdo: aporte educacional de relevância.....	26

13. Legislação e o aluno com surdez: possibilidades e garantias .....	27
14. Identidade hibrida: um novo contexto para se viver .....	28
15. O processo de ensino aprendizagem na formação do aluno surdo de identidade flutuante no ensino superior .....	30
16. Profissional intérprete surdo: desafio e percepção.....	31
<b>Relatos de experiência .....</b>	
1. Atendimento de paciente surdo na estratégia saúde da família de e Montes Claros/ MG: relato de experiência.	34
2. Interação entre professores de libras e português para o ensino de surdos numa perspectiva bilíngue.....	35
<b>Artigos completos.....</b>	37
1. Educação inclusiva no ensino regular: políticas públicas..	38
2. Atendimento de paciente surdo na estratégia saúde da família de Montes Claros/ MG: relato de experiência....	49
3. Inclusão e surdez: reflexões sobre o tema .....	62
4. Inclusão da pessoa com surdez no meio escolar e social...76	

---

## APRESENTAÇÃO GERAL

---

Caro leitor,

É com grande satisfação que apresentamos a você este novo trabalho. Este ano demos continuidade ao evento que é muito importante para todo o norte de Minas Gerais, o *II Congresso Norte Mineiro do Surdo* e a *XI Semana Norte Mineira do Surdo*, sob a organização da *Associação dos Surdos de Montes Claros*. Para esta ocasião, apresentamos a temática intitulada “O Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa e as Diversas Vertentes Profissionais”, pensada com carinho pelo nosso saudoso amigo, companheiro e intérprete Flávio Silva Nascimento, o qual nos deixou muito cedo.

Este evento trouxe consigo uma gama de lutas, angustias, experiências, conquistas e várias expectativas em âmbito educacional e social. A proposta seguiu o intuito de informar e melhorar a área da educação do surdo, com novidades e pedidos de respeito às comunidades surdas e aos profissionais intérpretes de Libras.

A instituição organizadora e parceira, desde a idealização da *Semana Norte Mineira do Surdo*, em 2006, é a *Associação dos Surdos de Montes Claros – Asmoc*, inscrita no CNPJ 05.256.620/0001-00, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, beneficente, educativo, cultural, esportivo e de assistência social, tendo como principal finalidade a garantia de direitos como qualquer cidadão.

Em tempo, este evento idealizado há 12 anos, sempre foi e será um momento oportunizado para a reflexão, troca de experiências, de conhecimentos e perspectivas futuras em prol das comunidades surdas do Norte de Minas.

Rosana Fróes Santos

Veronícia Andreza Leite Oliveira



## **II CONGRESSO**

Norte Mineiro do Surdo

## **XI SEMANA**

Norte Mineiro do Surdo

---

## **RESUMOS SIMPLES**

## A INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS DE JANAÚBA - MG NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

---

BORGES, Aline Alves Pereira<sup>1</sup>; SANTOS, Crislaine Fernandes Oliveira<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Faculdade Funorte; <sup>2</sup>Faculdade Funorte.

**Introdução:** Atualmente, diversas políticas públicas têm enfatizado a inclusão social de pessoas que possuem diversas deficiências. Inclusão é um tema que tem recebido grande atenção pelo governo, porém, ainda há poucas políticas voltadas ao acesso e permanência de surdos no ensino superior. Salienta-se que é um problema social, político e pedagógico do país. Trata-se de um assunto pouco discutido, o que revela a necessidade de pesquisa para disseminar informações sobre o assunto, possibilitando uma maior análise das percepções de professores, alunos surdos e intérpretes acerca da inclusão dos surdos de Janaúba-MG no ensino superior, seus desafios e potencialidades. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo compreender as dificuldades de acesso e permanência do indivíduo surdo no ensino superior no município de Janaúba-MG. Os surdos constituem um grupo vulnerável que possuem formas próprias de aprendizagem e comunicação. **Método:** Uma pesquisa de caráter transversal, analítico, exploratório e qualitativo que foi realizada através de uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários junto a intérpretes, professores e alunos surdos. Os dados foram fornecidos pela Secretaria de Educação e Ensino de Janaúba e uma universidade EaD, na qual é a única que tem alunos surdos matriculados. **Resultados:** Os resultados da pesquisa aconteceram a partir de questionamentos sobre os desafios e

potencialidades encontradas por professores, alunos e intérpretes no ensino superior. É preciso levar em consideração que os surdos não possuem a mesma forma de aprendizagem que os alunos ouvintes. A faculdade e os profissionais, via de regras não estão preparados para atender as reais necessidades desse alunado. **Conclusão:** Conclui-se que é de grande importância o conhecimento sobre o assunto e uma real mudança das práticas pedagógicas voltadas para o ensino dos alunos surdos. É fundamental qualificações adequadas e interesses por partes de profissionais, a fim de atender os anseios dessa parcela de alunos surdos, pois os mesmos devem ser investigados diariamente a buscar possibilidades para que o processo ensino aprendizagem aconteça.

**Palavras-chave:** Alunos Surdos. Professores. Intérpretes. Inclusão.

## ACESSIBILIDADE PARA O TURISTA SURDO E DEFICIENTE AUDITIVO NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM EM DIAMANTIA – MG

---

COELHO, Renata Fernandes Dias<sup>1</sup>, VIANNA, Raquel Schweck de Mello<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-Diamantina-MG-Brasil; <sup>2</sup>Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-Diamantina-MG-Brasil.

**Introdução:** A acessibilidade hoje ainda é vista através de cadeira de rodas, rampas e corrimão, até o ano de 2016 o símbolo era um cadeirante, esquecem que para uma pessoa surda nada disso é necessário, ela precisa de acessibilidade dentro da especificidade de sua natureza fisiológica, ou seja, comunicacional. **Objetivos:** Realizar um levantamento de como estão estruturados e adaptados os meios de hospedagem em Diamantina para as pessoas Surdas e deficientes auditivas e verificar se há conhecimento por parte dos gestores dos meios de hospedagem em relação às necessidades desse público. **Método:** Pesquisa aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer n. 2.719.762 de 18 de junho de 2018. Natureza exploratória e quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário aplicado diretamente aos gestores das hospedagens, com levantamento de 54 empresas no total do município, 21 não exercem mais a atividade, 27 participantes, 4 recusas, 2 não visitadas. **Resultados:** Os resultados demonstram que 95% dos meios de hospedagem não estão adaptados adequadamente para o turista Surdo ou com deficiência auditiva, principalmente no que se refere à sinalização visual e intérprete de Língua Brasileira de Sinais que não há em 99%. Também foi possível verificar que os gestores, em sua maioria, não têm conhecimentos das leis e normas que regem a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (Associação Brasileira de Normas Técnicas / Normas Brasileiras, 9050/2015). **Conclusão:** Foi possível depreender que é necessário haver maior massificação de informações sobre adaptações, acessibilidade e ações do governo

para o Turismo Acessível. Além disso, a importância do profissional capacitado em Língua Brasileira de Sinais para atendimento ao Turista surdo, e a falta de adaptação na estrutura e na sinalização visual nos meios de hospedagem. Um lugar que não consegue atender a todos é um lugar deficiente.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Surdo. Meios de hospedagem. Turismo Acessível.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS

---

MARTINS, Adriana Lopes<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

**Introdução:** Este artigo apresentará a temática da Educação Inclusiva no ensino regular. **Objetivo:** Apresentar as diversas políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras) que amparam os direitos dos alunos deficientes. **Método:** Para a escrita deste artigo, além da utilização das políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras), nós utilizamos nossa experiência enquanto professoras no Estágio – Regência na Educação Básica Regular, o qual possibilitou o contato direto com esses alunos mediante a teoria e a realidade da Educação Inclusiva. **Resultados:** Foi constatado que a inserção dos alunos surdos, cegos, autistas, entre outros, no contexto regular de ensino aumentou devido a Educação Inclusiva. Há muitas políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras) que amparam esses alunos e procuram promover melhores condições de ensino para os mesmos. **Conclusão:** Concluímos este artigo ressaltando a importância da Educação Inclusiva no contexto regular de ensino e, o quanto essa educação é abarcada por diversas políticas públicas internacionais e nacionais. Porém, a realidade dessa educação se difere da teoria encontrada nessas políticas, pois muitas das obrigatoriedades e direitos dos alunos com alguma deficiência não são cumpridos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Estágio – Regência. Alunos deficientes. Políticas públicas. Ensino Regular.

## A ACESSIBILIDADE DE ACADÊMICOS SURDOS NA UNIVERSIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

---

SIQUEIRA, Lindalva Lopes Pinheiro<sup>1</sup>; SANTOS, Rosana Fróes<sup>2</sup>;  
SANTOS, Rosilene Aparecida Fróes<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

<sup>3</sup>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

**Introdução:** Em âmbito acadêmico universitário, atualmente entendemos que os surdos tem os mesmos direitos que os ouvintes, de uma universidade que os assistam em suas limitações no processo de ensino aprendizagem, que procura apresentar maneiras para que a língua, ou seja, a Libras - Língua Brasileira de Sinais possa estar em evidência nesse espaço acadêmico e que os profissionais, principalmente os docentes, sejam capacitados para atende-lo da melhor forma possível, e há a proposta de procurar no final deste trabalho possibilidades de melhoria para que o acadêmico surdo encontre um ambiente propício de aprendizagem em igualdade com os demais colegas ouvinte. **Objetivos:** Apresentar contribuições para a melhoria do processo de ensino aprendizagem de acadêmicos surdos que frequentam cursos de graduação na Unimontes. **Método:** Foi empregada a pesquisa etnográfica e questionários elaborados especificamente para acadêmicos surdos e para os intérpretes que os acompanham em sala de aula nas dependências da Universidade, além de leituras de artigos e legislações que embasam a questão da inclusão no ensino superior. Esta temática está relacionada ao eixo 4 “Inclusão e Acessibilidade do Aluno Surdo no Ensino Regular”. **Resultados:** Em prática foi possível evidenciar que o espaço acadêmico contribui em parte com o ensino aprendizado do acadêmico surdo, visto que oferece a presença do profissional intérprete de Libras, contudo os profissionais docentes não dominam da Língua Brasileira de Sinais, ficando estes dependentes

O TRADUTOR E INTÉPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA  
E AS DIVERSAS VERTENTES PROFISSIONAIS

da presença do intérprete tradutor de Libras. **Conclusão:** A pesquisa encontra-se em andamento, sendo necessário ainda alguns ajustes finais, no entanto, já se percebe a necessidade de uma capacitação dos profissionais docentes para que possam interagir diretamente com os acadêmicos surdos, pois o contato discente/docente se faz tão necessário para que o ensino aprendizagem de fato aconteça.

**Palavras-chave:** Acadêmico surdo. Universidade. Acessibilidade. Ensino aprendizagem.

## EDUCAÇÃO DE SURDOS: REFLEXÃO SOBRE CORRENTES PEDAGÓGICAS E O PROCESSO DE ENSINO

---

SANTOS, Rosilene A. Froes<sup>1</sup>; SANTOS, Rosana Froes<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>UNIMONTES; <sup>2</sup> UNIMONTES.

**Introdução:** Este trabalho busca aproximar as discussões referentes à educação infantil às do campo da educação de surdos. Está intimamente ligado a necessidade de reflexão sobre o processo de ensino de uma demanda de alunos (surdos) que está chegando aos espaços escolares, e carecem de um ensino que leve em conta suas especificidades. Essa temática é relevante porque favorecerá a discussão sobre as correntes de ensino direcionadas ao aluno surdo, tem como objetivo refletir sobre as correntes pedagógicas utilizadas no processo de ensino da criança surda. **Método:** Para alcançar o objetivo proposto realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, por meio de consultas bibliográficas, à luz da literatura que abrange as metodologias que ancoram o processo de ensino para surdos e ouvintes. **Resultados:** Dentre as modalidades de ensino, merece destaque a educação infantil que objetiva formar o indivíduo para exercer a cidadania e preparar para os anos de estudos seguintes. Sobre os modelos que regem o processo de ensino do aluno ouvinte, Kramer (2006) destaca as tendências: romântica, cognitiva e crítica como principais, a primeira se destaca pelo caráter lúdico do processo de ensino, a segunda evidencia a criança como sujeito que reflexivo e a terceira pontua que as práticas no contexto escolar podem gerar transformação na sociedade, tais tendências ganharam espaço por valorizarem as especificidades do infante no processo de ensino. Para a educação de surdos, surge a necessidade de promover metodologias de ensino condizentes com as especificidades desse discente, com isso emergem as correntes educacionais: oralismo, comunicação total e bilinguismo, como norteadoras do processo de ensino aprendizagem. O oralismo tem como principal

objetivo fazer a reabilitação da criança surda, proibindo a utilização de sinais e gestos, o ensino ocorre por meio da língua oral, a comunicação total, de acordo com Goldfeld (2002), caracteriza-se pela aceitação de vários recursos comunicativos, com o objetivo de ensinar a língua majoritária, ou seja, a língua oral e promover a comunicação, o bilinguísmo teve início em 1980 e se estende até hoje, tem como foco a utilização da língua de sinais como língua materna e a língua oral como segunda língua, na visão de Goldfeld (2002) essa proposta dá ao surdo a possibilidade de aprendizagem por meio da sua própria língua. **Conclusão:** As ideias expostas evidenciam que para o processo de ensino da criança surda não se deve utilizar as metodologias pré-estabelecidas direcionadas aos ouvintes, uma vez que essas têm a língua oral como elo entre professor, aluno e conteúdo. No que tange o ensino do surdo deve-se, prioritariamente, levar em conta a sua especificidade linguística, ou seja, as práticas pedagógicas devem-se ancorar à língua de sinais, de forma que o aluno surdo se sinta integrante e participativo do processo tendo êxito na aprendizagem.

**Palavras-chave:** Correntes pedagógicas 1. Educação de ouvintes 2. Educação de surdos 3.

## INCLUSÃO E SURDEZ: REFLEXÕES SOBRE O TEMA

---

Layla Luiza Acypreste Gomes<sup>1</sup>; Sarah Juliana Fonseca Souza<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicas do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Saúde Ibituruna-FASI da cidade de Montes Claros – MG

**Objetivo:** O objetivo deste artigo é explanar sobre as condições de inclusão, acessibilidade e as dificuldades e capacidades possíveis e cabíveis sobre o aluno surdo no ensino regular, proposto para professores, educadores e profissionais em geral que estão direta ou indiretamente ligados a estes alunos no ambiente escolar. **Método:** Para a elaboração do presente artigo foram feitas revisões de artigos e trabalhos científicos sobre o tema em questão, buscados na internet. **Resultados:** Os resultados apontam que existem *déficits* em esclarecimentos sobre o que seria o termo inclusão, integração e até mesmo o ensino especial, além de na instituição escolar os papéis dos profissionais intérpretes e professores podem ser mal elaborados e o modelo de escola bilíngue ainda deve ser estudado para ser efetivado com maior cuidado. **Conclusões:** A importância desses resultados traz uma melhor ideia para os profissionais que a partir daí terão uma forma de ver mais esclarecida sobre a cultura surda e como o aluno surdo funciona.

**Palavras-chave:** Inclusão. Ensino Regular. Ensino especial. Alunos Surdos.

## OS FIOS QUE TECEM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS NA ESCOLA REGULAR: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DE MONTE AZUL/MG

---

Bruno Lutianny Fagundes Monção

Universidade Fernando Pessoa - Portugal

**Introdução:** Discussões sobre uma educação para todos, procedente da Declaração Mundial dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948) e da Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) tem fomentado várias políticas públicas com vistas a uma Educação Inclusiva, tendo como princípios éticos-políticos a igualdade de direitos e de oportunidades para todos. Nesse sentido, pretende-se construir uma sociedade mais justa e participativa, não importando a condição social, cultural e biológica dos sujeitos, principalmente no contexto educacional. A inclusão é considerada uma prática educativa que envolve todos os membros de uma sociedade no processo contínuo de atendimento à diversidade e as particularidades de cada indivíduo. No entanto, este é um dos grandes desafios da atualidade, uma vez que muitas escolas não estão preparadas para garantir o desenvolvimento e a aprendizagem dos sujeitos com deficiência. **Objetivo:** Diante disso, sentimos a necessidade de investigarmos como se dá o processo de inclusão do aluno surdo em uma escola estadual de Monte Azul/MG. **Método:** Para isso, realizamos uma pesquisa de campo, tendo como sujeito três professoras da referida escola. Os dados foram coletados através de uma entrevista contendo 10 (dez) questões que versaram sobre a temática em questão. **Resultado:** Os dados nos revelaram que a referida escola tem se preocupado com o processo inclusivo, uma vez que mantém em seu quadro profissional a presença de um intérprete de Libras, bem como professores com Especialização em Educação Especial, cuja metodologia tem sido adaptada a situação inclusiva. **Conclusão:** Com a presente pesquisa, concluiu-se que a

educação inclusiva não se faz apenas com a presença de profissionais especializados, mas, sobretudo, com a inserção dos alunos com deficiência no efetivo exercício de cidadania, o que inclui a socialização e interação com todos que fazem parte do contexto escolar. Além disso, é necessário compreender que não é o aluno com deficiência que tem que se adaptar a escola, mas cabe a essa se adaptar às condições dos alunos de forma que possa atender a todos, como preconiza a Declaração dos Direitos Humanos e as Políticas Públicas que versão sobre a Educação Inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Ensino Regular. Alunos Surdos.

## A TECNOLOGIA E A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

---

OLIVEIRA, Marcelo Alves<sup>1</sup>; ARAÚJO, Ramon Dias<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Instituto Federal Norte Minas Gerais; <sup>2</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Introdução:** O mundo atual vive uma constante mudança, sobretudo baseado no processo tecnológico que envolve a comunicação e a informação. Assim, as Tecnologias Assistivas apresentam-se como contribuição educacional de diferentes tipos de alunos, visto que é capaz, de forma atrativa, estimular a aprendizagem deles. **Objetivo:** O objetivo geral desse trabalho é apresentar a grande importância da proposta de usar a tecnologia como ferramenta e benefício para a inclusão do aluno surdo na escola, pois ela é capaz de promover de forma lúdica o seu desenvolvimento educacional. **Método:** A metodologia utilizada foi pesquisa em trabalhos científicos que apresentam as potencialidades dos diversos meios tecnológicos, sobretudo as Tecnologias Assistivas como meios de inclusão e desenvolvimento educacional de alunos surdos. **Resultados:** Até o presente momento dessa pesquisa foi possível identificar a tecnologia como forte aliada ao processo educacional do aluno surdo, devendo ser essa prática pedagógica respeitada e usada dentro do planejamento das aulas do professor. **Conclusão:** É inegável que a acessibilidade ao conhecimento define a inclusão da pessoa, inclusive quando ela está na escola. Assim, entende-se que a tecnologia deve ser usada como canal pedagógico no processo de informação e formação educacional da pessoa surda.

**Palavras-chave:** Aluno Surdo. Tecnologia. Escola.

## A EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UMA VISÃO SÓCIO-INTERACIONISTA

---

DESIDERIO, Themis Farias de França<sup>1</sup>; MARQUES, Wanderson Ferreira<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros/MG, Brasil; <sup>2</sup>Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Montes Claros/MG, Brasil.

**Introdução:** Ao longo da história o surdo tem sido rotulado como um sujeito possuidor de um pensamento limitado e incapaz de avançar cognitivamente, afetando o processo de desenvolvimento de ensino e aprendizagem. O atraso no processo de aquisição de uma língua no surdo acarreta em problemas de aprendizagem e no seu desenvolvimento cognitivo. Enfim, a dificuldade dos problemas comunicativos e cognitivos dos surdos não tem origem neles mesmos, mas no meio social em que estão inseridos, e, diga-se ainda, bastante inadequado para a aquisição da sua comunicação. A problemática, portanto, se limita na falta de uma língua em comum entre educador e educando que facilita o processo educativo, caracterizando, assim, a necessidade da aquisição linguística do surdo e estruturação no sistema pedagógico de ensino para este indivíduo. **Objetivo:** Defender a aquisição da língua materna dos surdos brasileiros, que é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), para que este possa ser inserido no processo de interação e desenvolvimento de pensamento e troca de experiências. Depois de adquirida a primeira língua, esta possibilita o acesso a outros tipos de aprendizagem incluindo uma segunda língua como o português, e a trocas de informações que irão gerar a abstração do pensamento, como propõe a educação bilíngue. **Método:** O presente trabalho aborda, por meio de uma análise teórica e analítica, problemas no processo de desenvolvimento cognitivo que está diretamente relacionado à qualidade de interação comunicativa e social do meio em que está inserido, defendendo, portanto, a aquisição da Libras como primeira língua do surdo e uma educação bilíngue. Para tanto, fun-

damentamos nossa pesquisa em alguns autores como Vygotsky, Goldfeld, Reis, Skliar, Quadros, que desenvolveram seus estudos na linguagem e cognição dos surdos, destacando-os em uma cultura própria, numa perspectiva sócio-interacionista de Vygotsky que aborda a relação entre linguagem e desenvolvimento cognitivo, e a importância da aquisição da Libras como instrumento da comunicação social e desenvolvimento intelectual. **Resultados:** Vygotsky defende que a constituição do indivíduo está diretamente ligada à relação social e cultural deste sujeito na sociedade em que está inserido, sendo a linguagem um fator de fundamental importância para as transformações cognitivas no desenvolvimento da criança. A proposta educacional sócio-interacionista sugerida o bilinguismo como a corrente mais adequada na educação do surdo, pois atua como uma maneira de se integrar o surdo ao meio sociocultural que está imerso, tanto nas comunidades surdas como ouvintes. O bilinguismo possibilita, por meio da utilização de duas línguas, o desenvolvimento do indivíduo de uma maneira natural, garantindo melhores condições na educação. É necessário, portanto, desde o princípio, aceitarmos que o surdo é participante de uma comunidade de características culturais próprias. **Considerações Finais:** A escola deve, acima de tudo, preparar o aluno para ser cidadão do mundo. Não é apenas inserir a Libras dentro do contexto escolar com interpretação do conteúdo, mas é necessário que se dê a palavra aos alunos, garantindo o espaço da interlocução. É respeitar e aprender com o diferente para desenvolvemos uma sociedade realmente inclusiva.

**Palavras-chave:** Bilinguismo. Educação. Surdo.

## CODAS: PARCEIROS EDUCACIONAIS PARA OS SURDOS

---

XAVIER, Rubens Oliveira<sup>1</sup>; SILVA, Camila de Oliveira Xavier<sup>2</sup>;  
ALVES, Alexandra Laura Mota<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Polo Montes Claros;

<sup>2</sup>Secretaria Municipal de Educação; <sup>3</sup>Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Polo Montes Claros.

**Introdução:** A Libras é a língua usada pela comunidade surda brasileira, com uma estrutura própria, possuindo todos os níveis linguísticos de qualquer outra língua. Essa prática linguística é favorecida como herança entre as gerações de surdos e famílias de surdos, sendo difundidas através de interação familiar. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é mostrar como a experiência de crescer em uma família de pais surdos favorece a capacidade da pessoa ouvinte na percepção das representações sociais, políticas, culturais e linguísticas, possibilitando que esse ouvinte se torne um potencial intérprete. **Método:** Foi utilizado para esse trabalho científico o estudo de pesquisa “in loco” em duas famílias distintas, sendo que em cada uma há crianças ouvintes, filhas de pais surdos, que apresentam potencialidades para tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa. **Resultados:** Com os resultados foi possível uma reflexão da importância da família para a possibilidade de comunicação dos pais, inclusive no tocante à formação acadêmica dos mesmos. Ainda ficou demonstrando a seriedade de atenção dos pais em relação aos filhos para não criar uma sobrecarga de responsabilidade aos filhos. **Conclusão:** É evidente que a possibilidade de acesso a informações para os surdos através de seus filhos deve ser defendida, relevando não só o processo de conhecimento diversos, como também a formação acadêmica da pessoa surda. Assim, ficou concluído que o Coda é um canal respeitável de acessibilidade para o surdo.

**Palavras-chave:** Surdo. Coda.

## O PROFESSOR E O ALUNO SURDO: DIFICULDADES E INTERAÇÃO

---

LEITE OLIVEIRA, Veronícia Andreza Leite<sup>1</sup>; MARTINS, Maria Alice Dinis<sup>2</sup>; SILVA, Laisla Kamila Lopes<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro – Montes Claros/MG;

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Montes Claros – Montes Claros/

MG; <sup>3</sup>Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Polo Montes Claros/MG.

**Introdução:** São muitas as questões que envolvem as dificuldades de acesso do aluno surdo à educação satisfatória. Desses empecilhos pode-se ressaltar como atraso na escolaridade desse educando, as dificuldades de comunicação e relacionamento interpessoal com o professor. **Objetivo:** A preocupação em investigar a forma de comunicação no processo educacional da pessoa com surdez e como esse problema pode ser amenizado, apresenta-se como principal objetivo deste trabalho. **Método:** Como método foi escolhido a coleta de dados com profissionais que atendem ou já atenderam alunos surdos, bem como observação de conduta e satisfação educacional de aluna surda atendida no ensino regular. Além dos descritos, foi ainda realizada pesquisa em trabalhos que apresentam a mesma problemática defendida nesta pesquisa. **Resultados:** A análise dos estudos apontou para a grande necessidade de discussão e reflexão sobre a necessidade do professor de alunos surdos ter o conhecimento prévio de como atuar com esses educandos, inclusive no tocante ao conhecimento da língua utilizada por ele. **Conclusão:** Conclui-se que, para a maioria das especificidades da educação de surdos não têm sido contempladas com uma formação acadêmica de qualidade. Esta realidade tem impelido tanto aos alunos quanto aos professores angústia e frustração. Diante dos dados e ainda da relevância do tema, ficou decidido que a pesquisa deverá ter continuidade.

**Palavras-chave:** Educação. Professor. Aluno Surdo.

## CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO ALUNO SURDO: APORTE EDUCACIONAL DE RELEVÂNCIA

---

LEITE OLIVEIRA, Veronícia Andreza<sup>1</sup>;

<sup>1</sup>Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro – Montes Claros - MG;

**Introdução:** A Identidade Cultural de um aluno surdo deve ser percebida como espaço de transformações positivas nas afinidades de âmbito sócio educacional, devido às possibilidades de interação entre esse indivíduo e o mundo em volta. **Objetivo:** Esclarecer sobre o entendimento do momento em que a Identidade passa a ser algo educacionalmente valorizado, e o surdo entende o respeito a ela, a construção de novos significados acerca de si e da escola são estabelecidos. **Resultados:** Este trabalho alcançou resultados positivos em relação a detectar que, o processo de formação da Identidade do aluno surdo, a partir de suas experiências, ressaltando que ele vive em um contexto multicultural, onde a identidade pode estar em construção e é frequentemente transformada, deve ser aproveitado almejando o sucesso educacional para esse educando. **Método:** Como metodologia, optou-se por pesquisa bibliográfica em outros trabalhos científicos com a mesma temática deste, procurando analisar os três elementos mais importantes de formação da Identidade Surda: Origem (Surdo filho de pais surdos; Surdo filho de pais ouvintes; Ouvinte filho de pais surdos); Fatores que contribuem para o desenvolvimento da língua e composição da identidade; Classificação das Identidades. Ainda como suporte foi utilizado estudo de caso com profissional surdo que atua na Educação. **Conclusão:** Ficou evidenciado que as Identidades Surdas assumem papel preponderante no sucesso educacional do aluno surdo. Dessa forma, será buscado aprofundamento nessa discussão, visto que se considera ser um tema de grande relevância, todavia com pouco material de pesquisa publicado.

**Palavras-chave:** Identidade Surda. Aluno Surdo. Sucesso Educacional.

## LEGISLAÇÃO E O ALUNO COM SURDEZ: POSSIBILIDADES E GARANTIAS

---

SOARES, Leonardo Nascimento<sup>1</sup>; ARAÚJO, Karoline Marques<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Centro Universitário Leonardo da Vinci/Polo Montes Claros - MG; <sup>2</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci/Polo Montes Claros - MG.

**Introdução:** No Brasil há uma preocupação com políticas públicas de cunho educacional voltadas à inclusão do aluno com surdez. Assim, várias legislações e programas foram estabelecidos buscando propiciar a esse educando um atendimento satisfatório, sendo possível citar dentre esses a Lei 10.436 sancionada em 2002 que torna oficial a Língua Brasileira de Sinais Libras, regulamentada através do Decreto Nº 5.626/05, que em seu Artigo 2º considera que a pessoa surda, interage com o mundo por meio de experiência visual e manifesta sua cultura principalmente pela Libras. Além dessas, outras leis estabelecem que haja respeito e atendimento adequado ao surdo no contexto educacional. Incontestavelmente essas legislações concorrem para que esse aluno alcance um sucesso sócio educacional satisfatório. **Objetivo:** Analisar as legislações pertinentes ao aluno com surdez. **Método:** Foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica em outros trabalhos e legislações específicas como o tema pesquisado. Ainda foi feita observação sobre o entendimento de professores e alunos surdos sobre o conhecimento de leis sancionadas. **Resultados:** O presente trabalho objetiva como resultado que haja um olhar voltado para ampliar o conhecimento acerca das legislações vigentes que podem interferir diretamente no atendimento e sucesso educacional da pessoa surda, sobretudo os que ingressam atualmente em curso de formação superior ou não. **Conclusão:** Para que se possa incluir de fato um aluno surdo, torna-se importante refletir sobre a sua realidade, favorecendo uma análise e formulação de estudos sobre as legislações que o protege.

**Palavras-chave:** Escola. Surdo. Legislação.

## IDENTIDADE HIBRIDA: UM NOVO CONTEXTO PARA SE VIVER

---

Rosana Fróes Santos<sup>1</sup>; Rosilene Aparecida Fróes Santos<sup>2</sup>; Márcio Jean Fialho de Sousa<sup>3</sup>;

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

<sup>3</sup>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

**Introdução:** Sabemos que a surdez tem várias implicações na vida do ser humano. Ela é, geralmente, um fator que traz desconforto tanto para os próprios indivíduos surdos como para seus familiares. A surdez pode ser congênita ou adquirida. No caso da surdez congênita a criança desenvolve ainda na gestação, podendo ser respostas a um mau cuidado durante o período de gravidez ou ainda genético. Já a surdez adquirida, pode ocorrer por doenças, medicamentos ou até mesmo ser hereditária, a idade em que ocorre varia muito podendo ser na fase pré-lingual ou pós-lingual. Com estudos sobre as variações da surdez, surgiram as chamadas Identidades Surdas, descritas por Gládis Perlin (1998). Segundo ela, as identidades são categorizadas já que as facetas são individuais e heterogêneas. Aqui vamos tratar especificamente da identidade Híbrida, caracterizada como surdez adquirida, cuja apropriação ocorre com o passar do tempo, dentro de uma nova comunidade e de uma nova língua.

**Objetivos:** Apresentar as dificuldades e experiências na transição de um mundo ouvinte para um mundo surdo, principalmente, fase pós-lingual. **Método:** Para realizar este trabalho foram feitas leituras bibliográficas sobre o assunto. Essa temática se identifica com o eixo 03: A Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2) e a Libras como Primeira Língua (L1) para o Aluno Surdo. **Resultados:**

Após estudos, encontramos algumas evidências, afinal, ter uma surdez adquirida na fase pós-lingual tanto é assustador como novo. Ter de adaptar a uma nova realidade não é nada fácil, mas que se comparado ao fator da surdez congênita, essa primeira se sobressai de forma positiva em se tratando de fatores escolares e sociais, pois o

indivíduo já carrega consigo um gama de vocabulários da língua portuguesa o que poderia ser aumentado com leituras, o que, não ocorre o mesmo em indivíduos com surdez congênita. Nesse percurso o indivíduo surdo acaba por adentrar na comunidade surda da qual se identificará e iniciará a construção de uma nova identidade, a identidade surda Hibrida. **Conclusões:** Essa transição do ouvir e de repente não ouvir traz consigo uma série de mudanças tanto interior como exterior. Na questão interior notamos que há um abalo na estrutura física e mental, já que o não ouvir impede de se ter acesso a uma comunicação tranquila com os falantes da língua oral, ou seja, o português, há também o desequilíbrio emocional quanto ao seu pertencimento ao grupo de ouvintes da qual fazia parte, em contra partida, esse “novo surdo” se depara com uma comunidade diferente tanto na forma de comunicar como na forma de viver em sociedade e por adiante ele vai construindo sua identidade junto a essa nova família, ou seja, passa a usar a Língua de sinais como forma principal de comunicação e se engaja naturalmente nos movimentos surdos.

**Palavras-chave:** Surdez adquirida, Identidade Hibrida. Aceitação.

## O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DO ALUNO SURDO DE IDENTIDADE FLUTUANTE NO ENSINO SUPERIOR

---

Fernandes, Franciene Márcia<sup>1</sup>; Xavier, Daiane Paula<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Faculdades Verde Norte-FAVENORTE; <sup>2</sup>Instituto Federal do Norte de Minas IFNMG.

**Introdução:** Este trabalho visa pensar/questionar a presença do sujeito surdo de identidade flutuante no ensino superior, pretende-se analisar como se dá o processo de aprendizagem da pessoa surda, que ora se orienta pela língua de sinais, ora pela leitura labial. **Objetivos:** A temática pretende dar visibilidade as angústias vividas no processo de aprendizagem por estes indivíduos, questionar alguns métodos de ensinos atualmente utilizados. **Método:** A pesquisa foi realizada em uma instituição pública de ensino superior, nas quais as autoras deste, elaboraram, como tradutoras intérpretes de Libras de duas alunas surdas, cuja identidade é flutuante. Foram analisadas aulas teóricas e práticas e também feitas pesquisas de opinião com as alunas surdas. **Resultados:** Encontrou-se evidências que o aluno surdo que se utiliza da libras e da leitura labial para aprender, por vezes se perde no processo linguístico, e deixa de aprender por não ser compreendido enquanto sujeito dono de duas identidades. **Conclusão:** Concluiu-se com a pesquisa, que é necessário se compreender as especificidades do surdo de identidade flutuante, repensar as estratégias e técnicas de interpretação diante deste aluno que faz leitura labial, e acima de tudo valorizar sua identidade e suas particularidades.

**Palavras-chave:** Identidade Flutuante 1. Técnicas de Interpretação  
2. Metodologia de Ensino3.

## **PROFISSIONAL INTÉRPRETE SURDO: DESAFIO E PERCEPÇÃO.**

---

Gabriel Franca do Couto

Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

A profissão tradutor/intérprete surdo é uma “novidade” que vem sendo reconhecida como profissão e traz consigo grandes desafios. De acordo com Stone 2009 (apud Souza, 2010), começou a ser identificada na Inglaterra em contextos similares de tradução ou interpretação de Língua de Sinais. No Brasil, quando o curso de Letras-Libras foi fundado na UFSC, esses profissionais intérpretes surdos, que fazem tradução dos textos-base para a Libras, começaram a ganhar notoriedade. Mas, ainda existem muitas pessoas que não têm esse reconhecimento profissional. Segundo Campello (2014), tal profissional deve estar atento às suas responsabilidades, conhecendo seus limites tradutório-interpretativos. O tradutor/intérprete surdo deve atuar em sua área de conhecimento, assim como ocorre com tradutores/intérpretes ouvintes. O profissional tradutor/intérprete surdo conta com experiências vividas pelos surdos dentro da comunidade surda, por isso, apresenta o perfil, o desempenho, a performance e a identificação linguística (tradução cultural) as quais influenciam a escolha dos sinais no ato da tradução e interpretação. (CAMPELLO, 2014). No documento de 1992, elaborado por profissionais intérpretes/tradutores do Rio de Janeiro, apud Ronice 2007, encontramos a afirmativa de que os profissionais citados devem ter por objetivo a qualidade para oferecer apoio para a promoção da acessibilidade, a fim de que os surdos aprendam de modo claro. Os profissionais tradutores/intérpretes devem ainda ampliar seus conhecimentos, auxiliando seus pares no intuito de oferecer um ensino de qualidade. Para isso, precisam conhecer bem onde atuam, qual é a sua função e as suas áreas de atuação. É importante ainda, refletir sobre a semelhança ou diferença do papel do tradutor/intérprete ouvinte com relação ao tradutor/intérprete surdo, se o profissional for surdo, acarretará a perda de

qualidade durante a interpretação/tradução ou se haverá perda na representação de sua cultura. Conforme Lacerda (2014), a função do tradutor/intérprete surdo e do tradutor/intérprete ouvinte é distinta. Após tais afirmativas, surge a dúvida quanto a haver ou não semelhanças entre papel do tradutor/intérprete ouvinte e o papel do tradutor/intérprete surdo e sobre qual a área de atuação deste profissional e o público atendido por ele. A metodologia utilizada foi a coleta de dados, análise de vídeos, e questionários dirigidos a tradutores/intérpretes surdos visando conhecer as semelhanças e diferenças do profissional ouvinte, e se a qualidade do processo tradutório/interpretativo se mantém ou não. O objetivo de tal trabalho é mostrar as possibilidades existentes na atuação do profissional/tradutor surdo e seu efetivo reconhecimento enquanto profissional.

**Palavras-chave:** Intérprete Surdo. Profissional. Ética.



**II CONGRESSO**  
Norte Mineiro do Surdo  
**XI SEMANA**  
Norte Mineiro do Surdo

---

**RELATOS DE  
EXPERIÊNCIA**

## **ATENDIMENTO DE PACIENTE SURDO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE MONTES CLAROS/ MG: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

---

Christina Mameluque Lúcio

### **RESUMO**

Esse estudo objetivou relatar a experiência de uma das autoras da pesquisa no atendimento a pacientes surdos, na Estratégia de Saúde da Família, situada no bairro do Cintra, do município de Montes claros/MG, em dois momentos: o primeiro atendimento, quando não possuía conhecimento da Língua Brasileira dos Sinais e o segundo, quando já dominava a Língua. Tendo como ponto de partida a perspectiva de autores como Santos e Falcão que consideram barreiras no acesso dos surdos aos serviços de saúde a comunicação e a discriminação no tratamento efetuado pelos profissionais, o que consequentemente incidem nas propostas de saúde inclusiva. Utilizou-se como estratégia de análise a pesquisa qualitativa, tendo em vista a necessidade em compreender e penetrar na subjetividade dos dados produzidos. O desenvolvimento desta pesquisa permitiu constatar que as dificuldades de comunicação entre paciente surdo e os profissionais da saúde são impedimentos ao acesso do surdo aos serviços de saúde e que o conhecimento em LIBRAS é essencial para o atendimento do surdo de forma efetiva e de qualidade.

**Palavras-chave:** Profissionais de Saúde. Libras. Surdo. Atendimento.

## INTERAÇÃO ENTRE PROFESSORES DE LIBRAS E PORTUGUÊS PARA O ENSINO DE SURDOS NUMA PERSPECTIVA BILÍNGUE

---

Luciana Batista de Sá Campos<sup>1</sup>; Gabriel Franca do Couto<sup>2</sup>; <sup>1</sup>Profa.  
Formadora de PL2 da SEE/MG<sup>1</sup>; <sup>2</sup>Universidade Federal de Santa  
Catarina-UFSC<sup>2</sup>

### RESUMO

De acordo com a Lei 10.436/02 e PNE 13.005/14, a Língua Brasileira de Sinais- Libras é a Língua natural dos surdos (L1), e a Língua Portuguesa a segunda língua (L2). Porém, muitos chegam à escola sem conhecer nenhuma das línguas supracitadas. Conforme Pizzio (2011), 95% dos surdos nascem em família ouvinte, e pela falta de contato com pares linguísticos fluentes em Libras a aquisição da língua que deveria acontecer de maneira natural desde a infância, ocorre tardiamente (Dizeu e Caporali, 2005). Ao iniciar um trabalho de ensino para o surdo, deve-se levar em consideração a proposta bilíngue, ponderando a língua de sinais como primeira língua, com a qual o aluno fará a significação do mundo e, posteriormente, o Português na modalidade escrita como segunda língua (Chaves e Rosan, 2014). Nesse contexto, para ensinar Português para o surdo, o professor deve lançar mão de estratégias e metodologias específicas de segunda língua, contemplando as especificidades linguísticas do surdo; contudo, para que o aprendizado seja eficaz torna-se crucial que o aluno surdo já tenha adquirido a Libras ou esteja no processo de aquisição, pois esta será a língua de instrução. Nesse contexto, esta pesquisa apresenta o seguinte problema: qual a importância da interação entre professores de libras e língua portuguesa no processo de ensino do aluno surdo? O principal objetivo é elucidar como ensinar L1 e L2 numa perspectiva bilíngue, através de estratégias específicas para o processo de ensino dos alunos surdos. Para isso, como metodologia realizou-se pesquisa bibliográfica embasada nos principais teóricos e uma experiência de trabalho

de um Instrutor de Libras e uma Professora de Português como segunda Língua. O presente estudo é pertinente ao eixo: A Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2) e a Libras como primeira língua (L1) para o aluno surdo, pois relata a prática de ensino de L1 e L2 para surdos.

**Palavras-chave:** Professores. Alunos Surdos. Docente.



**II CONGRESSO**  
Norte Mineiro do Surdo

**XI SEMANA**  
Norte Mineiro do Surdo

---

**ARTIGOS  
COMPLETOS**

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Adriana Lopes Martins

### RESUMO

**Introdução:** Este artigo apresentará a temática da Educação Inclusiva no ensino regular. **Objetivo:** Apresentar as diversas políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras) que amparam os direitos dos alunos deficientes. **Método:** Para a escrita deste artigo, além da utilização das políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras), nós utilizamos nossa experiência enquanto professoras no Estágio – Regência na Educação Básica Regular, o qual possibilitou o contato direto com esses alunos mediante a teoria e a realidade da Educação Inclusiva. **Resultados:** Foi constatado que a inserção dos alunos surdos, cegos, autistas, entre outros, no contexto regular de ensino aumentou devido a Educação Inclusiva. Há muitas políticas públicas internacionais e nacionais (brasileiras) que amparam esses alunos e procuram promover melhores condições de ensino para os mesmos. **Conclusão:** Concluímos este artigo ressaltando a importância da Educação Inclusiva no contexto regular de ensino e, o quanto essa educação é abarcada por diversas políticas públicas internacionais e nacionais. Porém, a realidade dessa educação se difere da teoria encontrada nessas políticas, pois muitas das obrigatoriedades e direitos dos alunos com alguma deficiência não são cumpridos.

**Palavras - chave:** Educação Inclusiva. Estágio – Regência. Alunos deficientes. Políticas públicas. Ensino Regular.

### SUMMARY

**Introduction:** This article will present the theme of Inclusive Education in regular education. **Objective:** To present the various international and national (Brazilian) public policies that support the

rights of disabled students. **Method:** For the writing of this article, in addition to the use of international and national (Brazilian) public policies, we use our experience as teachers in the Regular - Basic Education Stage, which enabled direct contact with these students through theory and reality of Inclusive Education. **Results:** It was found that the inclusion of deaf, blind, autistic students, among others, in the regular context of education increased due to Inclusive Education. There are many international and national (Brazilian) public policies that support these students and seek to promote better teaching conditions for them. **Conclusion:** We conclude this article emphasizing the importance of Inclusive Education in the regular context of education and how much education is covered by diverse international and national public policies. However, the reality of this education differs from the theory found in these policies, since many of the obligations and rights of students with some deficiency are not fulfilled.

**Keywords:** Inclusive Education. Internship - Regency. Students with disabilities. Public policy. Regular education.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo mostrará a importância de se falar sobre educação inclusiva no ensino regular e seus desafios da prática, não podemos focar somente neste ensino, pois a inclusão não se refere somente em escolas, se refere também à vida em sociedade onde as pessoas com deficiência estão inseridas.

As pessoas com deficiência por muito tempo estiveram associadas à invalidez, não sendo concedido o próprio direito a desfrutar das mesmas coisas que a pessoa tida como "normal" tem o direito de desfrutar. Assim, nos últimos tempos o número de políticas inclusivas tem aumentado proporcionando aos alunos que outrora não faziam parte do cenário da escola regular, possam fazer parte desse cenário. Com o aumento de políticas inclusivas, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e Direitos das Pessoas com Deficiência de 2015

têm incentivado os pais a matricular seus filhos com deficiência em escola de ensino regular, sendo que os mesmos antes eram matriculados em escolas especiais. Escolas especiais, ambientes especializados a atender somente alunos com algum tipo de deficiência.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica 2017 divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) nos últimos anos o número de matrícula de pessoas com necessidade educacionais especiais nas escolas de ensino regular passou de 85,5 % em 2013 para 90,9 % em 2017.

Embora o aumento das políticas inclusivas queratizem o direito de todos os alunos de estarem juntos e matrículados nas escolas regulares, percebe-se que não há investimentos nas políticas que visem atender melhor esses alunos no contexto de ensino de inclusão.

Com isso, a escola se depara com um grande desafio que é a inclusão de alunos deficientes, a maior parte dos alunos com deficiência, no entanto, não tem acesso ao atendimento educacional especializado. É importante que a escola saiba acolher esses alunos, e proporcionar educação de forma eficaz a vida escolar e na sociedade onde o aluno com deficiência está inserido.

Tendo em vista o grande desafio da educação especial no ensino regular que atenda a todos os alunos, sem nenhum tipo de discriminação, e que reconheça as diferenças, faz-se necessário uma prática da educação inclusiva que alcance diversos tipos de deficiências, sejam elas visuais, auditivas, físicas ou mentais.

A motivação para realização desse estudo deriva da experiência das pesquisadoras durante estágios nas escolas, onde as mesmas tiveram contato direto com a inclusão no ensino regular, o qual deixa a desejar por falta de organização da escola e interesse de buscar conhecimento de se fazer uma inclusão verdadeira na escola. E por ser futuras professoras de Inglês que pode estar propicia a receber alunos deficientes em sala de aula regular, assim, torna-se

necessário estudar quais seriam as melhores abordagens para o ensino de língua inglesa no ensino regular de modo a atender a todos os alunos sem exceção.

No entanto, esta pesquisa irá orientar os professores não só de Lingua Inglesa, que de certa forma podem não estar capacitados, a buscarem as metodologias disponíveis para facilitar esse processo de ensino/aprendizagem dentro da sala de aula regular. Assim como incentivar os alunos deficientes aprender uma segunda língua, ou um conteúdo de outra disciplina mostrando sua importância e ser para esses alunos um motivacional pela busca ao conhecimento.

O presente artigo tem por objetivo discutir a respeito do tema bem como mostrar como se deu esse processo de inclusão, quais as leis que protegem os alunos com deficiência e desafios da prática inclusiva no ensino regular. O texto desenvolvido se deu por meio de uma pesquisa de campo, no qual foram utilizados a experiência do Estágio- Regência, além de autores, livros, e sites científicos, buscando fundamentar a temática do trabalho. Ele será desenvolvido em três partes, referencial teórico, considerações finais e referências. Discutiremos sobre as leis as quais protegem os alunos com deficiências. O trabalho será finalizado com as considerações finais sobre o trabalho e referências utilizadas para elaboração o texto.

## **2 POLÍTICAS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Deparamo-nos com a Educação Inclusiva no Estágio - Regência, a qual foi inserida para que os alunos surdos, cegos, autistas, entre outros, fizessem parte do ensino regular. A partir desta inserção, esses alunos passaram a conviver socialmente. Através desse contexto “As políticas públicas (...) surgem a partir de conceções de homem, mundo e sociedade e são baseados em postulados históricos e teóricos que a fundamentam (VAGULA; VEDOATO, 2014). Essas Políticas Públicas são oriundas do Estado, o qual cria

leis mediante contextos específicos, como a educação, saúde, infraestrutura, entre outros.

As Políticas Internacionais que moldam a Educação Inclusiva são as seguintes: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1982); Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Conferência Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (1999); Decreto nº 3956/2001 (2001); Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001); Convenção das nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006) e; Decreto nº 6.949 (2009a).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) visa defender os direitos humanos, tais como a dignidade humana e condições melhores de vida, além do direito à liberdade. O Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1982) contribui para fundamentar que,

“[...] a educação das pessoas com deficiência deve ocorrer no sistema escolar comum [...]. As medidas para tal efeito devem ser incorporadas no processo de planejamento geral e na estrutura administrativa de qualquer sociedade (PROGRAMA..., 1982).

Com base nesta afirmação, o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1982) objetiva a participação dos indivíduos, em questão, na vida social, ou seja, com participação efetiva desses indivíduos dentro da sociedade, cumprindo os direitos e deveres dos mesmos. Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) foi, assim como os demais programas e leis, muito importante para a aprendizagem, pois essa conferencia buscava atingir e corresponder a todas as necessidades relacionadas à educação, como a aprendizagem da leitura e escrita, dos cálculos e das

habilidades em geral, da importância na construção de indivíduos que busquem viver com valores e atitudes morais resultando na dignidade dos mesmos. Além disso, essa conferência busca melhorar as condições no ambiente de ensino, na alimentação, saúde e apoio psicológico dos alunos e, busca mobilizar recursos para tais melhorias.

A Declaração de Salamanca (1994) foi criada com o intuito de tratar todos os alunos de maneira igualitária, específica e eficaz, de acordo com a necessidade de cada um, com isso, seja qual for a deficiência ou dificuldade desses alunos, essa declaração busca igualá-los com os demais alunos. A Conferência Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (1999) influenciou na educação brasileira, pois essa conferência resultou na criação do Decreto nº 3956/2001 (2001), o qual busca a eliminação total da discriminação dos alunos com alguma necessidade especial no contexto educacional.

A Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001) a qual foi aprovada pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva” que busca

“identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis. [...] O Congresso urge para que os princípios do desenho inclusivo sejam incorporados nos currículos de todos os programas de educação e treinamento (DECLARAÇÃO..., 2001). ”

Assim como em outros programas e leis, para que essa Declaração seja implantada com eficácia é necessário que os governos assegurem a implementação de forma transparente, beneficiando todos os envolvidos.

Convenção das nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006) afirma que a discriminação dos alunos

com alguma deficiência é uma violação dos valores e dignidade desses alunos, rompendo com a preservação dos direitos humanos dos mesmos.

O Decreto nº 6.949 (2009a) procura

“ promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009a).

Esse Decreto está relacionado com a maioria das demais políticas internacionais tratadas neste capítulo, as quais objetivam o reconhecimento e cumprimentos de todos os direitos dos indivíduos surdos.

### **3 POLÍTICAS NACIONAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Em relação às Políticas Nacionais na Educação Inclusiva, apresentaremos as políticas brasileiras, que são estas: Decreto Imperial n. 1428 (1854); Constituição Brasileira de 1988 (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90 (1990); Decreto 3.298 (1999a); Lei n. 8.160 (1991); Portaria nº 1793/94 (1994a); LDBEN nº 9.394/96 (1996); CNE/

CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (2001e) – Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica (2001h); Lei nº 10.172 (2001c); entre outras.

Através do Decreto Imperial n. 1428 (1854), o Instituto dos Meninos Cegos, conhecido atualmente como Instituto Benjamin Constant, foi criado para atender as crianças cegas e dar-lhes todo aparato necessário. A Constituição Brasileira de 1988 (1988), assim como outras políticas públicas, foi constituída para combater quaisquer tipos de preconceitos, além de evidenciar que todos têm o direito à educação, a respeito disso, o Estatuto da Criança e do

Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90 (1990) afirma que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” possuindo ou não alguma deficiência.

O Decreto 3.298 (1999a) foi criado com o intuito de possibilitar o ingresso desses alunos no mundo trabalhista por meio das cotas. A Lei n. 8.160 (1991) é muito interessante, pois foi com ela que os símbolos internacionais da surdez em locais onde os surdos circulam. A Portaria nº 1793/94 (1994a) foi criada para mostrar a necessidade dos cursos de licenciatura em ofertarem a disciplina Educação Inclusiva, pois é necessária para a formação dos professores. Além disso, LDBEN nº 9.394/96 (1996) e CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (2001e) – Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica (2001h); Lei nº 10.172 (2001c) asseguram que todos os alunos devem ser atendidos no mesmo sistema de ensino, com isso, alunos com ou sem alguma deficiência compartilham o mesmo ambiente regular de ensino

## **RESULTADOS**

Encontramos muitas políticas públicas que asseguram a Educação Inclusiva, mas no Estágio – Regência, as escolas, professores e, até mesmo, os pais desses alunos não procuram ou preocupam- se pela adequação do contexto real de ensino com as políticas públicas apresentadas neste capítulo. É necessário que a mudança comece na formação dos profissionais da educação, pois eles serão os formadores de outros alunos, sejam esses surdos, cegos, autistas, entre outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluímos este artigo ressaltando a importância da Educação Inclusiva no contexto regular de ensino e, o quanto essa educação é abarcada por diversas políticas públicas internacionais e nacionais. Porém, a realidade dessa educação se difere da teoria encontrada nessas políticas, pois muitas das obrigatoriedades e direitos dos alunos com alguma deficiência não são cumpridos.

Além disso, a falta de habilitação dos profissionais da educação em relação à Educação Inclusiva torna esse cenário mais complicado. De acordo com esse contexto, é necessário que esses profissionais busquem por formações adequadas, pois atuarão em contextos complexos, que envolvem os alunos surdos, alunos ouvintes, professores, administradores e demais profissionais da escola (LACERDA, 2010).

Já em relação à escola, Carlos Skliar (2010) ressalta que

“uma escola possível se refere à criação de políticas linguísticas, de identidades, comunitárias e culturais, pensadas a partir do que os outros, os surdos, reconstroem o próprio processo de educação.” (SKLIAR, 2010, p. 26)

De acordo com essa afirmação do estudioso Skliar (2010), podemos inferir que uma escola que trabalha mediante as normas e leis inclusivas, procurando inserir esse aluno na comunidade em geral, mas sem retirá-lo da sua identidade cultural e, isso possibilitará o envolvimento e a interação desse aluno e, o desenvolvimento dele na educação.

## REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. *Por que Lev Vygotski quando se propõe uma educação inclusiva?*. Revista Educação Especial [enlinea] 2005,:Disponível:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127396008>> ISSN 1808- 270X Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

BRASIL. Assembléia Geral Das Nações Unidas. *Declaração Universal Dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf)> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

\_\_. *Decreto nº 3956/2001* (2001). Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)>> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA  
E AS DIVERSAS VERTENTES PROFISSIONAIS

—. *Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão* (2001). <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_inclu.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf)> Acesso em : 04 de Agosto de 2018.

—. *Decreto nº 6.949* (2009a). DISPONÍVEL EM: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> ACESSO EM: 04 AGOSTO DE 2018.

—. *Decreto Imperial n. 1428* (1854).DISPONÍVEL EM: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>> ACESSO EM: 04 DE AGOSTO DE 2018.

—. *Decreto nº 3956/2001* (2001). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

—. *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90* (1990); Decreto 3.298 (1999a). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

—. *Lei n. 8.160* (1991) Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8160.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm)> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

—. *Parecer CNE/CEB n. 17/2001 e. Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017\\_2001.PDF](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.PDF)> Acesso em: 04 de agosto de 2018.

*Carrilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciareduzido*. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/carrtilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciareduzido.pdf>> Acesso em 04 de Agosto de 2018.

*Constituição* 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

*CONVENÇÃO sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.*

DISPONÍVEL EM: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/>>

sites/default/files/publicacoes/convencapessoascomdeficiencia.pdf> ACESSO EM: 04 de Agosto de 2018.

*Declaração de Salamanca* 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em : 04 de Agosto de 2018.

*Educação especial e educação inclusiva- aproximações e convergências.* Disponível em: <[http://www.catolicaonline.com.br/semana/pedagogia/trabalhos\\_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20APROXIMA%C3%87%C3%83O%20CONVERG%C3%8ANCIAS.pdf](http://www.catolicaonline.com.br/semana/pedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20APROXIMA%C3%87%C3%83O%20CONVERG%C3%8ANCIAS.pdf)> Acesso 04 de Agosto de 2018.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos.* 2010.

Portaria nº 1793/94 (1994a). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

*PROGRAMA Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência* (1982). Disponível em: <<https://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial/documentos/programa%20%20acao%20mundial%20para%20pessoas%20deficientes.pdf>>. Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças/* org. de Carlos Skliar-Porto Alegre: Mediação, 2010. (4. Ed. Atual. Ortog.) 192 p.

*Tipos de Deficiencia.* Disponivel em:<<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/04/tipos-de-deficiencia>> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

UNICEF BRASIL. *Conferência Mundial sobre Educação para Todos* (1990). Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm)> Acesso em: 04 de Agosto de 2018.

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. *Educação inclusiva e língua brasileira de sinais.* - Londrina: UNOPAR, 2014.

## ATENDIMENTO DE PACIENTE SURDO NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA DE MONTES CLAROS/ MG: RELATO DE EXPERIÊNCIA

---

Christina Mameluque Lúcio

### RESUMO

Esse estudo objetivou relatar a experiência de uma das autoras da pesquisa no atendimento a pacientes surdos, na Estratégia de Saúde da Família, situada no bairro do Cintra, do município de Montes claros/MG, em dois momentos: o primeiro atendimento, quando não possuía conhecimento da Língua Brasileira dos Sinais e o segundo, quando já dominava a Língua. Tendo como ponto de partida a perspectiva de autores como Santos e Falcão que consideram barreiras no acesso dos surdos aos serviços de saúde a comunicação e a discriminação no tratamento efetuado pelos profissionais, o que consequentemente incidem nas propostas de saúde inclusiva. Utilizou-se como estratégia de análise a pesquisa qualitativa, tendo em vista a necessidade em compreender e penetrar na subjetividade dos dados produzidos. O desenvolvimento desta pesquisa permitiu constatar que as dificuldades de comunicação entre paciente surdo e os profissionais da saúde são impedimentos ao acesso do surdo aos serviços de saúde e que o conhecimento em LIBRAS é essencial para o atendimento do surdo de forma efetiva e de qualidade.

**Palavras-chave:** Profissionais de Saúde, Libras, Surdo, Atendimento.

### INTRODUÇÃO

As dificuldades de comunicação entre paciente surdo e profissionais da saúde, tem obstado o acesso da comunidade surda às Estratégias Saúde da Família (ESF) de Montes Claros /MG.

Existem grupos de pessoas, como os surdos, que têm necessidades exclusivas, que devem ser garantidas por meio de programas que efetivamente promovam o acesso ao atendimento de saúde.

Nota-se que uma das grandes barreiras enfrentadas pelos surdos nos atendimentos na Estratégia Saúde da Família é encontrar essas casas de saúde que possuam recursos para atendê-los respeitando a sua deficiência.

Nesse sentido, a inclusão social das pessoas portadoras de deficiências significa possibilitar a elas, respeitando as necessidades próprias da sua condição, o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade (BRASIL, 2006, p.11).

A dificuldade do estabelecimento de comunicação entre paciente surdo e profissional, na rede pública de saúde, tem ocasionado um atendimento de qualidade inferior àquele oferecido aos ouvintes, bem como diminui a quantidade de pessoas com restrição auditiva que procuram o atendimento.

A discriminação dos profissionais de saúde e a dificuldade de comunicação são hoje para os surdos, barreiras de acesso que deixam os surdos em circunstâncias de abandono social.

A tentativa de diminuir barreiras comunicativas existentes entre ouvintes e pessoas com surdez, encontra solução no uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Percebe-se que para que ocorra a inclusão em seu sentido mais amplo faz-se necessário a formação em LIBRAS, de profissionais da ESF.

Certo é que a maioria dos profissionais da saúde não conhece a língua dos sinais e os serviços de saúde públicos não dispõem de intérpretes para mediar a comunicação.

O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA  
E AS DIVERSAS VERTENTES PROFISSIONAIS

Deste modo, a necessidade de proporcionar ao portador de surdez melhor atendimento de saúde é que se vê a necessidade de criação de meios de utilização da Língua Brasileira dos Sinais.

A atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família terá um papel fundamental na disseminação das práticas e estratégias de reabilitação baseadas na comunidade. Nesse particular, ressalte-se que a inserção da assistência à saúde da pessoa portadora de deficiência nas ações das equipes de saúde e dos agentes comunitários constituirá estratégia fundamental para implementação dos procedimentos de prevenção e reabilitação nos diferentes níveis de atendimento (BRASIL, 2007, p. 28).

Seguramente, pacientes surdos atendidos por profissionais da saúde com conhecimento de Libras, diminuiria o obstáculo comunicativo. A melhor comunicação demonstra-se como instrumento fundamental para viabilizar qualidade no atendimento da comunidade surda nas ESF.

## OBJETIVOS

O objetivo deste artigo é relatar a experiência de uma das autoras da pesquisa no atendimento a pacientes surdos em uma Estratégia Saúde da Família de Montes Claros / MG, em dois momentos: o primeiro atendimento, quando não possuía conhecimento da Língua Brasileira dos Sinais e o segundo, quando já dominava a Língua. Espera com isso demonstrar a importância de uma comunicação efetiva entre paciente surdo e os profissionais de saúde nos atendimentos das Estratégias Saúde da Família.

## SURDEZ, COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Surdo, de modo simples conceituado é pessoa portadora de surdez, que comprehende o mundo pela experiência visual.

Ensina Nidia Regina Limeira de Sá:

Uma pessoa surda é alguém que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem (SÁ, 2002, p.49).

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum e, parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva (MEC, 1995).

Segundo Gesueli (2003), a deficiência auditiva, por diferenciar-se do comum e do chamado normal, como toda deficiência, é discriminada, o que leva seus portadores à privação de certos convívios sociais. Isso faz com que o surdo procure seus iguais, formando subgrupos, e ficando assim, cada vez mais distante do ouvinte e da busca por sua cidadania, dentre eles o direito ao atendimento integral a saúde.

Apesar da ampla legislação sobre o atendimento prioritário à saúde de pessoas com deficiência na sociedade, há lacunas quanto à efetividade destas leis no dia a dia do surdo. São consideradas barreiras no acesso dos surdos aos serviços de saúde: comunicação e a discriminação no tratamento efetuado pelos profissionais, destacando-se nesse contexto a necessidade de um intérprete de Libras ou profissionais de saúde que compreendam o surdo. Há a necessidade de criar estratégias e políticas de saúde

que visem a consolidar um pólo comum incluindo o cidadão surdo, garantindo um cuidado inclusivo, qualificado e eficaz (SANTOS, 2004).

Chaveiro e Barbosa (2005) entendem a assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social, apontando as questões: “investigar junto aos surdos como se estabelece o vínculo com os profissionais da saúde; verificar percepções dos surdos quanto à presença de intérpretes de língua de sinais, quando recebem assistência à saúde”. No que tange a relação entre o surdo e o profissional da área de saúde, ponderam ainda: “a inclusão social referente ao atendimento aos portadores de necessidades especiais, nos serviços da área de saúde, estabelece-se como fator essencial de qualidade dos serviços prestados, enquanto que a falta de comunicação inviabiliza um atendimento humanizado”.

O amparo legal à comunicação entre os surdos e ouvintes foi reconhecido com a promulgação da Lei 10.436/2002, que determina como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Para Ferreira Brito (1998) as línguas Brasileiras de Sinais são naturais,

porque como as línguas orais sugiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque devido à sua estrutura permitem a expressão de qualquer conceito - descritivo, emotivo, racional, literal, metafórico, concreto, abstrato - enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano ( FERREIRA BRITO, 1998, p. 19).

Peixoto (2006) ressalta a expansão das ciências contrapondo as práticas oralistas que fracassaram no intento de promover e desenvolver uma aprendizagem efetiva para o surdo.

Desde que se tornou evidente o fracasso das práticas oralistas em promover um aprendizado efetivo para o surdo, multiplicaram-se em todo o mundo investigações das mais diversas ciências – neurologia, psicologia, lingüística, educação – comprovando o valor das línguas de sinais e a influência positiva que elas têm na construção do desenvolvimento e da aprendizagem dessas pessoas (PEIXOTO, 2006, p. 206).

Em relação ao conhecimento da Libras pelos profissionais de saúde, Falcão (2010, p. 120) reconhece que o seu desconhecimento reflete a má formação desses profissionais e que incide nas propostas de saúde inclusiva.

A falta de conhecimento e de entendimento dos médicos e demais profissionais da saúde, quanto aos valores linguísticos da língua de sinais na estruturação humana do sujeito surdo é reflexo da baixa qualidade na formação desses profissionais e que repercute diretamente no modelo de propostas das

políticas públicas quanto à saúde inclusiva (FALCÃO, 2010, p. 120).

Também é válido mencionar que no que tange ao direito à saúde, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRF/1988) no artigo 196, preconiza que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O Brasil, nas últimas décadas, vem obtendo grandes conquistas históricas no campo de saúde, com importantes avanços. O processo de construção do Sistema Único de Saúde - SUS foi desenvolvido sobre os princípios da universalização, da integralidade, da equidade, da descentralização e da participação popular. O Decreto 5.626/05, regulamenta a Lei no 10.436/2002, prevendo:

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação;

Apesar da legislação instituir a Libras como forma de comunicação, e da existência de mecanismos que garantam o direito à saúde, a comunidade surda nas Estratégias Saúde da Família (ESF) de Montes Claros/MG, continua sem ter, efetivamente, seu direito à saúde garantido, principalmente pelos problemas gerados pela dificuldade de comunicação.

Os surdos têm necessidades exclusivas, que devem ser garantidas por meio de programas que efetivamente promovam o acesso à saúde. Nota-se que uma das grandes barreiras enfrentadas pelos surdos no atendimento de saúde é encontrar ESF que possua recursos para atendê-los respeitando a sua deficiência, fato que desconsidera a inclusão social dos portadores de deficiências que “significa possibilitar a elas, respeitando as necessidades próprias da sua condição, o acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos produtos decorrentes do avanço social, político, econômico e tecnológico da sociedade” (BRASIL, 2006, p.11).

## MATERIAIS E MÉTODOS

A opção pela abordagem qualitativa pauta-se na possibilidade de sua adequação ao objeto deste estudo ao permitir trabalhar “com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, 22).

Condição essa que permite considerar a propriedade e adequabilidade da pesquisa qualitativa neste estudo, tendo em vista a necessidade em compreender e penetrar na subjetividade dos dados produzidos e que possui, em si, o que expressa a realidade.

Desde o inicio procedeu-se uma busca por artigos com as seguintes palavras-chave: surdos, portadores de surdez, comunicação, odontologia, em bases de dados (Google, Scielo), bem como buscou-se livros que tratassem do tema surdez e comunicação.

O TRADUTOR E INTÉPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA  
E AS DIVERSAS VERTENTES PROFISSIONAIS

O cenário de aplicação da experiência foi a Estratégia de Saúde da Família, situada no bairro do Cintra, região periférica do município de Montes claros/MG.

Trata-se do relato de experiências de uma das autoras do estudo no atendimento a pacientes surdos, em dois momentos: o primeiro, quando não tinha conhecimento da Libras e no segundo momento, quando já tinha o domínio da mesma. Os atendimentos relatados ocorreram no ano de 2013.

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ATENDIMENTO À SAÚDE**

Uma das pesquisadoras é servidora pública municipal, exerce a função de dentista da Estratégia Saúde da Família de Montes Claros do bairro Cintra.

### **Primeira Experiência**

O atendimento ocorreu nas dependências da ESF – Cintra.

O paciente estava sem acompanhante que pudesse intermediar a comunicação e para realizar o atendimento odontológico, uma vez que não tinha conhecimento em Libras e não havia intérprete na unidade, tentei estabelecer a comunicação com o uso de mímicas, gestos, desenho; ainda assim o atendimento ficou comprometido, abaixo do desejável.

Diante da dificuldade de comunicação com o paciente surdo, senti-me impotente, porque apesar de todo esforço para me fazer entender, a comunicação não foi eficiente.

Comecei a notar que os surdos não procuravam a unidade, ou vinham acompanhados de familiares que intermediavam as consultas.

Naquela ocasião pude compreender a necessidade do

conhecimento em Libras para um atendimento eficaz. Diante do ocorrido resolvi estudar Libras para ajudar as pessoas no meu trabalho e na vida cotidiana.

### **Segunda Experiência**

No atendimento de pacientes surdos conforme nos ensina Falcão “é mais comum seguir a estratégia mais fácil de contratação de intérpretes e delegar ao outro o repasse da informação. Contudo a pessoa surda tem que ser respeitada enquanto sujeito, tendo preservado seu direito a desfrutar de um atendimento de qualidade sem diferenciação por conta da língua (FALCÃO, 2010, p.118) ”.

Esse atendimento foi realizado em visita domiciliar.

Experiência única se deu quando o enfermeiro da equipe necessitou de prestar atendimento a uma puérpera que não conseguia amamentar seu recém-nascido, e sabendo que eu havia iniciado curso de Libras me convidou para ser intérprete em sua consulta. Foi um momento mágico, em que não se via profissional de saúde e paciente, mas sim duas pessoas tentando se comunicar. Não é possível descrever o que se passou por ali. Ocorreu uma troca de vontades, o enfermeiro me passava as instruções sobre a amamentação e eu transmitia para a surda. Em pouco tempo, passei a ser sua referência, ela não olhava mais para o enfermeiro e sim para as minhas mãos. Conseguimos passar as instruções sobre amamentação e foi uma ação emocionante. Um dia feliz e gratificante.

A puérpera foi convidada a participar da consulta de desenvolvimento e crescimento da criança (CD), realizada mensalmente na ESF. Importante ressaltar que essa consulta é chamada de CD Multiprofissional e que já é rotina a presença da dentista dentro do consultório. O diferencial é que nesta consulta, a dentista seria também intérprete, além de passar informações sobre saúde Bucal à mãe da criança. Foi esclarecida à paciente que o horário de atendimento poderia ser adaptado para atendê-la conforme a sua possibilidade.

### Terceira Experiência

Inclusão é sinônimo de autonomia e liberdade, engessar o surdo à presença de um interpretador de sua fala e de seu pensamento em todos os ambientes, até mesmo nas relações familiares de educação e saúde, é no mínimo tirar-lhe o direito de ser o humano que potencialmente está destinado a ser. (FALCÃO,2010, p.24)

Na data marcada, a paciente chegou com sua filha, um bebê de 1(um) mês, e no consultório estava o enfermeiro e a dentista. A consulta de desenvolvimento e crescimento da criança foi realizada, adotando-se o mesmo critério de comunicação do atendimento domiciliar.

Desse modo, a consulta ocorreu com sucesso e com uma comunicação efetiva entre o enfermeiro, a dentista e a mãe do bebê. Pôde-se perceber a alegria daquela mãe que foi atendida pela primeira vez com humanização.

*A Mãe viu que nos preocupamos com ela. Isso ficou muito claro. Então saímos do atendimento bastante cansados, porque tínhamos atendido o dia inteiro, mas apesar do cansaço, o sentimento que tivemos após o atendimento foi o de ter cumprido a missão e de felicidade, por ter contribuído para melhoria de qualidade de vida da mãe e da criança.*

## CONCLUSÕES

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu constatar que as dificuldades de comunicação entre paciente surdo e os profissionais da saúde são impedimentos ao acesso do surdo aos serviços de saúde.

Os relatos de experiências explanados demonstram que o conhecimento em LIBRAS é essencial para o atendimento do surdo de forma efetiva e de qualidade.

Reforçam ainda o entendimento de que a integralidade da assistência à saúde do surdo é um direito que deve ser concretizado para que os princípios de integralidade, equidade e universalidade do SUS sejam alcançados.

A quantidade de profissionais de saúde que tentam uma comunicação efetiva com o surdo ainda é pequena, e que tal preparo deve começar ainda na fase acadêmica.

A falta de acesso à saúde dos pacientes surdos, ocasionado pela dificuldade de comunicação, bem como a necessidade de inclusão dos mesmos e de um tratamento humanizado é assunto que merece atenção e observação por parte dos estudiosos da LIBRAS e da saúde, justificando portanto, a temática proposta pelo presente estudo.

Necessário se faz promover junto aos profissionais a reflexão da qualidade dos serviços prestados e a conscientização da importância do conhecimento da Libras para um atendimento de saúde efetivo.

Assim sendo, acredita-se que a relevância deste trabalho é suscitar o debate sobre o atendimento prestado aos surdos nas ESF de Montes Claros/MG, bem como propiciar a conscientização dos profissionais de saúde para promoção de um atendimento eficaz ao paciente surdo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – libras e dá outras providências*, DF: 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000*, DF, 2005

\_\_\_\_\_. *Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência /* Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. rev. atual.- Brasília : Editora do

O TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA  
E AS DIVERSAS VERTENTES PROFISSIONAIS

Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP: *Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: área da deficiência auditiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial 1995. (Série Diretrizes, 6).

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CHAVEIRO, Neuma. Maria Alves Barbosa. *Assistência ao Surdo na Área de Saúde como Fator de Inclusão Social. Publicado em 2005, Revista da Escola de Enfermagem da USP*; vol. 39, nr.4, p.417-422. Acesso dia: 05/09/2012, disponível em <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=12&idart=69> Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em: 06/09/2013

FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. *Surdez, cognição visual e Libras: estabelecendo novos diálogos*. Recife: Ed. do Autor, 2010.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. *Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS* (série Atualidades pedagógicas.). In: Brasil, Secretaria Especial, Brasília, 1998.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

GESUELI ZM.; *Língua de Sinais e aquisição da Escrita*. IN: *Cidadania, Surdez e Linguagem; Desafios e realidades*, São PAUL: Plexus;2003;147-59.

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ., Vozes, 1994.

PEIXOTO, Renata Castelo. *Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (libras) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 205-229, maio/ago. 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2002.

SANTOS, Érika Machado; SHIRATORI, Kaneji - *As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos*. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 06, n. 01, 2004. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen> - Data do acesso: 05/09/2013.

## INCLUSÃO E SURDEZ: REFLEXÕES SOBRE O TEMA

---

Layla Luiza Acypreste Gomes<sup>1</sup>; Sarah Juliana Fonseca Souza.<sup>1</sup>

Faculdade de Saúde Ibituruna-FASI

<sup>1</sup> Acadêmicas do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Saúde Ibituruna-FASI da cidade de Montes Claros – MG

### Resumo

**Objetivo:** O objetivo deste artigo é explanar sobre as condições de inclusão, acessibilidade e as dificuldades e capacidades possíveis e cabíveis sobre o aluno surdo no ensino regular, proposto para professores, educadores e profissionais em geral que estão direta ou indiretamente ligados a estes alunos no ambiente escolar. **Métodos:** Para a elaboração do presente artigo foram feitas revisões de artigos e trabalhos científicos sobre o tema em questão, buscados na internet. **Resultados:** Os resultados apontam que existem *déficits* em esclarecimentos sobre o que seria o termo inclusão, integração e até mesmo o ensino especial, além de na instituição escolar os papéis dos profissionais intérpretes e professores podem ser mal elaborados e o modelo de escola bilíngue ainda deve ser estudado para ser efetivado com maior cuidado. **Conclusões:** A importância desses resultados traz uma melhor ideia para os profissionais que a partir daí terão uma forma de ver mais esclarecida sobre a cultura surda e como o aluno surdo funciona.

**Palavras chave:** inclusão; ensino regular; ensino especial; alunos surdos.

### Introdução

O presente artigo tem como bases, revisões bibliográficas e análise crítica sobre o tema inclusão e acessibilidade do aluno surdo no ensino regular a ser apresentado a comissão científica do II

Congresso Norte Mineiro do Surdo e XI Semana Norte Mineira do Surdo na cidade de Montes Claros. Para iniciar com o assunto, deve ser compreendido o sentido do que se trata a inclusão, acessibilidade e seus ramos em contexto da surdez e suas fundamentações.

O termo inclusão não deve ser referenciado a outros sentidos como alocação ou integração do sujeito surdo em uma classe regular de ensino. Estar e permanecer presente fisicamente em uma sala de aula sem ter os recursos didáticos, pedagógicos, materiais e humanos no ambiente não é caracterizado como inclusão. No contexto escolar deve-se ter como princípios, desenvolver os potenciais individuais de cada um e várias das vezes ter uma modificação ou-sada da escola para respeitar e acolher este aluno, sem preconceitos e segregação implícita ou explícita. (BRASIL, 2008).

Ao longo do processo histórico educacional os surdos passaram deste a oralização obrigatória, a luta marcada para a aceitação e regularização da língua de sinais como posse e oficial a comunidade surda. Sendo que na maior parte da história os surdos viveram para se adaptar ao modelo do sujeito ouvinte, não sendo respeitado a sua cultura, identidade e língua deste povo. (STROBEL, 2006).

A inclusão foi estabelecida e tratada como obrigatória nas escolas a partir da Declaração de Salamanca em 1994, que dizia:

“toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, (...) aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, (...) escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construin-

do uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; (...)" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994) P.1

"adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. "(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994) P.2

Apesar de estarmos com configurações e leis exemplares no papel, o cotidiano do surdo na escola com este modelo de inclusão não é bem o que se espera, pois no caso deste, além do intérprete, deve-se também haver materiais especiais, sala de recurso adequada com professores capacitados para atender o aluno surdo e o ensino-aprendizagem da língua brasileira de sinais (LIBRAS), lembrando que nem sempre a realidade social, cultural, econômica dos sujeitos é igual e que necessitam de realidades de ensino diversas, logo as metodologias pedagógicas devem ser adaptadas a cada público específico. Cada aluno surdo deve ser ouvido de forma que seu aprendizado seja conquistado e não fracassado ao descaso institucional. (STROBEL, 2006; NUNES, 2015).

O processo de inclusão requer práticas que proporcionem a melhor relação com os professores, surdos e intérpretes. E esta valorização do professor e sua capacitação proporcionam melhor empenho e desempenho do surdo na sociedade, sendo este favorecido socialmente e como sujeito de direitos. (MENDES, FIGUEREDO e RIBEIRO 2015).

Segundo a lei da acessibilidade nº 10.098/00 no Capítulo I sobre as disposições gerais, tem como a definição de:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e

equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;.

De acordo a Resolução MEC/CNE: 02/2001 (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) os sujeitos com qualquer tipo de necessidades educacionais especiais devem ter apoio em quaisquer níveis de ensino desde o básico ao superior. Sendo então a escola que se coloca a disposição do aluno para constituir esta adaptação consciente para com o aluno surdo, promovendo um espaço acolhedor e inclusivo.

A acessibilidade do surdo ainda é caracterizada como desafiante, a falta de intérpretes capacitados é uma preocupação perante o numero de alunos, além da interação com os outros colegas de classe devido a comunicação, os professores bilingües também, com poucos números destes logo deveria ser efetivado a capacidade do trabalho com os alunos surdos. (SILVA, 2016).

O ensino especial deve ser visto por todos os educadores, formadores de opinião e funcionários da escola como parte natural do aluno e sua formação. Todos que fazem parte inclusive os professores capacitados em educação especial devem estar sempre em contexto de formação continuada para que possa complementar os estudos na área de educação especial, especialização, com os quais poderão ter mais habilidades em promover projetos pedagógicos e metodológicos de qualidade para o ensino dos alunos surdos. (BRASIL, 2001)

Mas para-se a pensar, a situação do aluno surdo nas escolas de ensino regular na atualidade, mesmo após todos estes desenvolvimentos perante a educação especial no ensino regular, leis e decretos. Este estudo a partir de revisão de literatura procurará objetivar esclarecimentos ao tema e sobre a educação, sua relação com a inserção do surdo na escola, pensando nos limites e alcances

possíveis no ambiente escolar, levando em consideração os desafios da inclusão e acessibilidade do surdo.

## **Metodologia**

Para a elaboração deste artigo foram utilizados artigos já escritos que abordassem os temas alunos surdos, educação especial, ensino regular, inclusão, acessibilidade entre outros relacionados, assim como consultas a Leis e declarações. Todo esse material foi acessado e procurado via internet.

## **Revisão de Literatura**

A educação especial segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é uma modalidade de educação escolar em que é entendida como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais e que devem ser organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. Fazendo com que os alunos desenvolvam suas potencialidades e estas sejam vistas e respeitadas, sendo a escola responsável por proporcionar os recursos que irá garantir o aluno acesso ao currículo escolar (BRASIL, 2008).

A educação é considerada transversal a todas as etapas de ensino. O aluno que tenha necessidades educacionais especiais terá assegurado pela educação especial, em qualquer nível de ensino, a sua dignidade, identidade pessoal e a sua forma de cidadania, sendo que todos são sujeito de direitos e deveres dentro de uma comunidade. Mas daí surge os modelos de inclusão e integração que muitas das vezes são confundidos e não diferenciados (BRASIL, 2013)

Façamos a diferenciação de integração e inclusão, segundo Rodrigues, Capellini e Santos (2014) a integração se daria pela

oferta de serviços: avaliação, intervenção e encaminhamento do sujeito para a sociedade, aumento das instituições especiais como escolas, centros de reabilitação e assistências e; inclusão trata-se da ideia que o estudante da educação especial tem direito ao convívio não segregado e acesso a recursos disponíveis para todos os cidadãos. “Expansão da disponibilidade de suportes materiais e humanos, melhoria de estrutura física (acessibilidade) de forma que o acesso de todos os estudantes a quaisquer recursos da comunidade seja garantido.” (RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2014, p.4).

A integração pode ser percebida quando se vê que décadas atrás poderia haver inclusão no ensino regular sempre que considerado possível ao aluno, ou desde que esses se adaptassem na/a escola, tirando assim parte da responsabilidade e não responsabilidade por parte da escola de acolher aquele aluno. Como supracitado, no modelo de integração o aluno surdo deve se adaptar a escola e suas questões e não a instituição escola e sociedade geral criar soluções para a não ocorrência de exclusão. (SCHNEIDER, 2017)

Tendo como referencia o surdo poderíamos dizer que a inclusão seria valorizar a individualidade destes sujeitos, não os considerar como um grupo homogêneo, considerar sim as limitações e suas diversidades perante o grupo dos ouvintes, não tentar disfarçar que as limitações existem. A inclusão não é vista como apenas o convívio entre surdos e ouvintes em um mesmo ambiente, como traz a integração, integrar surdos e ouvintes em um mesmo espaço não caracteriza inclusão. Ter a certeza de que todos os sujeitos são diferentes entre si, possuindo suas particularidades, contribuiria para uma maior aceitação/compreensão da Libras e valorizaria a comunicação dos surdos, não existindo a fala do “diferente, deficiente, normal ou anormal”. (Jannuzzi, 2004; Mec/SEESP, 2001). Como um dos passos a esta “inclusão” temos o apoio dos profissionais intérpretes nas escolas e outros ambientes.

## Intérpretes

Segundo Oliveira e Bispo (2018) a partir de uma pesquisa em relação a como se dá o ensino dos surdos os professores disseram que utilizam os mesmos métodos que são utilizados para com os ouvintes e que a presença do intérprete facilita essa relação já que ele utiliza-se da língua de sinais no contexto escolar. Entretanto, vale ressaltar que a responsabilidade da educação do surdo, não é do intérprete e sim do professor regular. O intérprete é apenas um facilitador das relações entre surdos e ouvintes nas interações sociais (SILVA; MACEDO JUNIOR; LIMA, 2009 apud OLIVEIRA; BISPO, 2018).

O que ocorre é que atualmente a área mais requisitada para os intérpretes é a educação, este tem a função de intermediar o aluno surdo com o professor, os outros alunos ouvintes e também com os outros surdos. Em diversas ocasiões, entretanto o papel desse profissional acaba sendo confundido com o que na verdade é do professor titular na classe, em alguns momentos os alunos surdos direcionam perguntas aos intérpretes e procuram ao intérprete e não ao professor para esclarecimento de dúvidas. Os papéis de cada profissional quando não bem esclarecidos em situações mais agravadas faz com que o próprio professor da sala transmita a sua função de ensino e checagem do desenvolvimento do aluno para o intérprete. Se este profissional se sobrecarrega com todas estas funções pode não cumprir a sua real atividade que é mediar, passar informações. (BRASIL, 2004).

Além de passar as informações os intérpretes devem garantir a compreensão do conteúdo por parte do aluno, por isso é de suma importância à colaboração de todos os professores e profissionais incluídos no contexto escolar. (LACERDA, ALBRES e DRAGO 2013).

Em entrevista com alguns alunos ouvintes e com o aluno surdo, constatou-se que alguns ouvintes mantinham uma boa rela-

ção com o surdo, e que este contato despertou o interesse deles para com a LIBRAS e que na própria interação, mesmo que por intermédio do intérprete, havia a aprendizagem de alguns sinais. Além disso, alguns alunos também relataram cometer agressões para com o aluno surdo. Já o aluno surdo ao relatar suas experiências de interação com os colegas diz que sente vontade de saber o motivo de porque estão rindo quando riem das coisas que conversam entre eles etc. Diz, também, que essa era a primeira vez que contava com a ajuda de um intérprete na escola, e que já possuía algum contato anterior com a LIBRAS. O aluno estava cursando o 6º ano do ensino regular e é o único surdo da escola (OLIVEIRA; BISPO, 2018).

A barreira comunicativa está travada para muitos, a escola ideal com ensino em LIBRAS, não existe para todos e por isso várias das vezes os alunos surdos, especialmente se há apenas 1 (um) aluno surdo na classe pode se sentir solitário e as relações não fluem por justamente a falta de conhecimento da LIBRAS por parte dos alunos ouvintes, sendo que ocorrem apenas troca de informações básicas e quando acompanhados dos intérpretes. (SILVA, 2016)

## O Ensino da Libras

Como se sabe o ensino dos surdos e seu desenvolvimento percorre um caminho diferenciado e singular, já que os meios com os quais as informações são apreendidas vêm por outro canal, não pelo ouvir, mas pelo visual e pelos sinais emitidos pelas mãos. A Libras possui gramática própria, estrutura semântica, dimensão espacial, a Libras é a língua do surdo devendo esta ser respeitada e tratada como tal (SILVA; SILVA, 2016). A Libras não poderá então ser considerada como menor ou de menor importância mas sim a língua primeira do sujeito surdo

Ainda segundo Silva e Silva (2016) no momento em que o ensino da Libras for negado, ou não ofertado ocorrerá conflitos diretos entre os surdos e sua comunicação com os ouvintes, tais como

de ordem pedagógica, psicológica, social, moral gerando assim o tão famoso fracasso escolar dos alunos surdos.

## **Educação Inclusiva e Bilíngue**

A educação é um processo de construção, ensino – aprendizagem, e está ligada a identidade, cultura e, não menos importante, a língua. Somente a partir de 1990 é que as escolas adotaram as propostas bilíngues, apresentando resultados expressivos para com a educação, e só a partir de então os surdos foram reconhecidos como pessoas que tem língua e cultura própria (ROSA, 2011 apud BELTRAMI; MOURA, 2015).

Segundo Rodrigues e Antunes (2011) apud Beltrami e Moura (2015) atualmente sabe-se que os surdos têm a sua língua própria, o que possibilita a comunicação, entretanto, o desconhecimento dessa língua por parte dos profissionais da educação acaba por se tornar uma barreira para o processo de ensino. Sendo assim, muitas vezes o aluno não aprende pois existe um bloqueio na comunicação entre o aluno surdo e o professor (PIRES; EDER, 2000 apud BELTRAMI; MOURA, 2015).

Lacerda, Albres e Drago (2013) apontam sobre a implantação de novas escolas bilíngues, as autoras fazem menção a uma proposta em São Paulo de escola bilíngue, já que não é efetivado o aprendizado dos alunos surdos em escolas de ensino regular consideradas escolas inclusivas.

## **Desafios na Inclusão**

Coelho, Schubert e Silva (2017) pontuam bem que os surdos não querem apenas o modelo assistencialista no contexto escolar, mas há por parte dos surdos o desejo de estudarem e se tornarem profissionais capazes de se desenvolver bem na vida social. Os surdos possuem diferentes tipos de identidades, pois a forma

com que cada um se organiza, desde o nascimento e no decorrer da vida é diferente, a família com grande impacto também muda o que o surdo toma para si como melhor ou mais importante.

Os diferentes tipos de Identidade Surda: A identidade *surda* que seria todos os surdos que comunicam a partir da ordem visual espacial; A surda *híbrida* sendo os surdos hoje mas que nasceram ouvintes;

A surda de *transição* que seriam os surdos que durante toda a vida esteve imerso a cultura e comunicação ouvinte e a partir de um período começa o contato e inserção na comunidade surda; são os surdos oralizados, quando passam a ter essa inserção deve se adaptar as percepções mais visuais, têm dificuldades para saber qual é a sua verdadeira identidade já que não é ouvinte mas também não se considerava surdo;

Identidade surda *incompleta* são os surdos que não aceitam serem surdos e estão imersos nas influências ouvintistas; estes aceitam de forma estereotipada que os ouvintes são classificados superiores a estes outros sujeitos;

Identidade surda *reprimida* a qual o sujeito não aceita a forma de ser e sua surdez devido a estereótipos e preconceitos discriminativos apontados pela sociedade;

Surda *flutuante* a qual o surdo se espelha nos modelos ouvintistas, e se manifestado como tais.

A identidade surda *embaçada*, o sujeito não tem conhecimento do que é a surdez, sobre a cultura e comunidade surda, é conhecido a partir de estereótipos muitas das vezes negativos, são impostos a eles os comportamentos

aceitáveis e a língua natural do surdo pode não ser então aceita.

## O Ensino da Língua Portuguesa como L2 para os surdos

Tendo como base os estudos de Pereira (2014), os surdos desde tempos antigos eram obrigados a perceber e reconhecer a oralização, não sendo permitido se comunicarem por sinais e gestos manuais, apenas oralização. Porém não se entendia que alguns conseguiam e outros não tinham as mesmas habilidades de se comunicarem por leitura labial e oralizados. Com a dificuldade na língua portuguesa os alunos surdos chegam na escola, não entendem o que leem e não tem o desenvolvimento na escrita como os demais alunos. Faz-se acreditar que, por esta característica ser vista e vivenciadas por diversos surdos, o aluno tem a incapacidade de aprender a língua portuguesa. Mesmo após todo o crescimento e aprendizado da língua de sinais sendo de grande valor para os conhecimentos de mundo, o apreender o português ainda não é alcançado com facilidade por todos os surdos.

De acordo a autora

O bilinguismo defende o uso de duas línguas na educação dos surdos: a língua de sinais como primeira língua, e a língua majoritária (a Língua Portuguesa, no caso dos surdos brasileiros), como segunda língua. No Brasil, o direito dos alunos surdos a uma educação que contemple as duas línguas – a Brasileira de Sinais e a Portuguesa – é garantido pelo Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005. (PEREIRA, 2014)

No modelo bilíngue, a escola deve apresentar ao aluno surdo a Língua de Sinais (L1), mostrar e apresentar o ensino da cultura surda, estar sempre interagindo com adultos e outras pessoas surdas,

os colocar e inserir na comunidade surda, desta forma poderá facilitar a formação da própria identidade surda positiva por parte do sujeito. Proporcionar conhecimento aos pais e familiares para que esta primeira língua (Libras) seja apresentada de forma natural as crianças. Assim como as crianças ouvintes atribuem a sua primeira língua [Língua Portuguesa (L2)] para o aprendizado de outras falas, o surdo irá basear as outras línguas pela Libras, sendo esta a sua L1, daí entende a dificuldade da escrita e compreensão da L2 para os surdos.

## **Considerações Finais**

Pode-se perceber que a inclusão do aluno surdo no ensino regular, um direito garantido por Lei, ainda atravessa desafios que atrasam um verdadeiro processo de inclusão. Todavia, desde o início dos tempos, muitos ganhos foram alcançados, a presença do profissional intérprete em sala de aula, hoje, é sem dúvida uma grande conquista e avanço para o desenvolvimento e aprendizado dos alunos surdos.

Considerar e deixar claro o papel de cada profissional envolvido no processo de educar o surdo: professores, intérpretes, toda a comunidade surda, e não deixar, também, de dar responsabilidades e atribuições a este sujeito, com seus deveres e direitos próprios, é de extrema importância para o seu desenvolvimento escolar.

E indispensável conhecer a cultura surda para que não ocorra equívocos e preconceitos ao se deparar com algumas destas situações em sala de aula. Incentivar o ensino e o estudo da Libras, as propostas do que seria uma escola bilíngue dentre outros fazem-se necessários para um convívio e uma interação inclusiva e geradores de um processo ensino-aprendizagem de qualidade entre surdos e ouvintes.

Vale ressaltar que somente a ajuda mutua entre escola, professores, sociedade, comunidade surda, intérpretes, família e todas as pessoas são produtores de uma educação regular, inclusiva e acessível para os alunos surdos.

Com isso, pode-se afirmar que o fundamental propósito deste artigo foi de construir uma visão e base de como funciona, atualmente, o contexto em que vivi o aluno surdo no ensino regular suas dificuldades, possibilidades e necessidade de mudança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dez. 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 14 de set. 2018.

BELTRAMI, C. M.; MOURA, M. C. A educação do surdo no processo de inclusão no brasil nos últimos 50 anos (1961-2011). **RBE**. v. 8, n. 1, p. 146-161, 2015.

BRASIL (2001). Ministério da Educação – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL (2004) O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. : il.

BRASIL (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília - Janeiro de 2008

BRASIL (2013). Ministério da Educação – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 10 set. 2018.

COELHO, L.A.B; SCHUBERT, S.E.M; SILVA,R.Q. Surdos: O Desafio Da Inclusão No Ensino Regular. 2017.

Jannuzzi, G. M. (2004). A educação do deficiente no Brasil: Dos primórdios ao inicio do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados.

LACERDA, C. B. F; ALBRES, N.A; DRAGO, S.L.. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.

O TRADUTOR E INTÉPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA  
E AS DIVERSAS VERTENTES PROFISSIONAIS

MENDES, A.Q.S; FIGUEREDO, F; RIBEIRO, A.C. Inclusão De Alunos Surdos Na Escola Regular: Aspectos Linguísticos e Pedagógicos. **Revista de Iniciação Científica – RIC** Cairu. v. 02, nº 02, p. 33-46 , Jun. 2015.

NUNES, S.S *et.al.* Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v. 19, n.3, p. 537-545, set/ dez. 2015.

OLIVEIRA, J. M. D. Q.; BISPO, M. O. Língua brasileira de sinais: inclusão de alunos surdos e educação geográfica. **Revista Tocantinense de Geografia**. V. 7, n. 12, p. 83-98, abr./jul., 2018.

PEREIRA , M.C.C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 2, P. 143-157. 2014.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso: 29/08/2018 as 14:25.

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F.; SANTOS, D. A. N. Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade. Disponível em: [http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead\\_reei1\\_ee\\_d01\\_s03\\_texto02.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf). 2014.

SCHNEIDER, R. A formação docente, inclusão e surdez. **Rev. Int. Edu. Soc.** n.2, P. 108-124 , 2017. Disponível em <http://local.cnecsan.edu.br/revistas/index.php/pedagogia>.

SILVA, C.M; SILVA, D.N.H. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. v. 20, n. 1, p. 33-43. Jan/Abr. 2016.

STROBEL, K. L. A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas. **ETD - Educação Temática Digital**, v.7., n.2., p. 245-254. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-101741>

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais- ESPANHA 7 e 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 2 de abril de 2017.

## INCLUSÃO DA PESSOA COM SURDEZ NO MEIO ESCOLAR E SOCIAL

---

DIAS, Elizena Adriana Soares<sup>1</sup>; NASCIMENTO, Farley Silva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Associação dos Surdos de Montes Claros/ Montes Claros - MG.<sup>1</sup>;  
<sup>2</sup>Associação dos Surdos de Montes Claros/ Montes Claros - MG.<sup>2</sup>.

### RESUMO

**Introdução:** O presente trabalho tem por objetivo caracterizar como o surdo é *incluído* no meio educacional. Sabe-se que ao longo da história o surdo, considerado um indivíduo diferente é excluído da sociedade. Desde a infância a pessoa surda encontra dificuldades para se desenvolver satisfatoriamente em todos os âmbitos, ressaltando que o primeiro espaço que tem acesso é dentro do seu próprio lar. Esses mesmos problemas são enfrentados quando ele já se encontra em fase adulta, mediante a inclusão social. **Objetivos:** Os objetivos desse estudo perpassam a investigação do saber, desde as causas do negligenciamento dos surdos no meio educacional, até informações acerca de como são esses enfrentamentos, até mesmo através de políticas públicas. **Métodos:** Tratando-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico foi feita pesquisa em textos que tratam da temática *em questão*. **Resultados:** Os resultados ainda são parciais, mas nota-se como a falta de informação sobre temática, inclusive pouco acervo, artigos e falta de respeito à diversidade causando exclusão, propiciando uma qualidade de vida aquém da satisfatória para a comunidade surda.

**Palavras-chave:** Surdez. Inclusão. Exclusão. Educação.

### 1. INTRODUÇÃO

Antes de Cristo os surdos eram manipulados pelos ouvintes não tendo qualquer tipo de autonomia, sendo privado a sua

participação no meio social. Com o passar dos anos alguns estudiosos perceberam que era importante a participação do surdo na sociedade e consequentemente a aquisição da sua autonomia.

Há tempos os surdos vêm lutando para conquistar seu espaço dentro da sociedade produtiva, com a finalidade de fortalecer sua autoestima e buscar através da educação recursos para adquirir a sua inclusão no meio social.

Nota-se que, no Brasil, a exclusão de pessoas com deficiência ainda é um problema. Os surdos são discriminados pela dificuldade de se comunicar, de forma deliberada, uma vez que a eles são impostas as mesmas capacidades de exercerem atividades como as pessoas ditas normais.

Kojima e Segala (2008) afirma que, o surdo não tem distúrbio intelectual e sim, atraso no desenvolvimento cognitivo, devido à grande barreira da comunicação.

A surdez, embora afete o principal meio de comunicação entre as pessoas, não é impedimento para que a comunicação se desenvolva por meio de outra forma, entretanto, e de grande valia que o ensino da língua de sinais, que deve ser ensinada à criança surda desde o início de sua vida.

O reconhecimento da Libras como “meio legal de comunicação e expressão” foi efetivada através de lei nº 10436, em 2002, uma grande conquista da comunidade surda, que propiciou a integração social e reconhecimento da Libras como um sistema linguístico, de natureza visual-motora e com estrutura gramatical própria.

A realização deste estudo iniciou-se com discussões, acerca do ensino do surdo desde o seu estímulo enquanto criança até a sua fase adulta, e como se encontra a inclusão do surdo no meio social.

No presente estudo tem-se o objetivo de apresentar dificuldades dentro da realidade dos surdos para serem inseridos no meio da sociedade e como se dar o seu desenvolvimento cognitivo. Apresentar a legislação pertinente à educação inclusiva da pessoa surda no país, relacionando a importância da integração social do surdo após escolarização. Procura-se ainda aprofundar os conceitos que vinculam a integração e a valorização do surdo e sua inclusão social.

Neste cenário de exclusão social, mais particularmente no âmbito escolar e social, os surdos sofrem no que diz respeito a sua inclusão por falta da comunicação. Logo, vimos a escola o papel primordial para ser essa mediação da inclusão do surdo no âmbito social. Este estudo é de cunho bibliográfico, e foi baseada por meio de pesquisa de autores que valem das discussões teóricas, da legislação vigente sobre a surdez, educação, legislação da pessoa surda.

Foram realizadas no desenvolvimento do artigo as abordagens sobre a surdez, as abordagens educativas com a educação dos surdos no Brasil, concepção da relação do surdo com o meio em que está inserido.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Imaginemos que, uma criança que tenta se comunicar com a mãe, se depare com a realidade de não compreender e não ser compreendido. E em uma fase mais avançada de sua infância, não consiga se relacionar de modo satisfatório com as outras pessoas de sua idade, o que o faz se sentir excluído e relacionar sua diferença à algumas incapacidades. A vida do surdo é cheia de momentos como esses, desde a infância até a fase adulta.

A história da pessoa com deficiência vem desde a antiguidade clássica. Estes eram separados daqueles que não possuíam deficiência, e sua condição eram por sua vez a de escravidão. Conforme Santiago (2011, p.39) mostra, na trajetória histórica que “A

quantidade de escravos deficientes, por conseguinte, era imensa e estas eram características que, quando combinadas, facilmente levariam os indivíduos à morte, tendo em vista que se tornavam desnecessários à produção”.

Em 1857, foi fundada a primeira escola para surdos no Brasil no Rio de Janeiro, por D. Pedro II. No início, foi denominada Imperial Instituto de Surdos-Mudos e, posteriormente, recebeu o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A Língua de Sinais passou a ser usada e conhecida em todo o Brasil, pois seus estudantes retornavam para suas cidades e a divulgavam.

A surdez é um impedimento de detecção de sons, parcial ou total, havendo vários graus de perdas auditivas que atualmente são diagnosticados quando ainda recém-nascidos através do “Teste da Orelhinha” disponibilizado ao nascer, durante a triagem de avaliação neonatal, ou ainda tardivamente quando da percepção dos pais sobre a falta de barulho da criança.

Como diz Lopes (2007, p.8): “A ciência, no desejo de produzir conhecimentos capazes de explicar o desconhecido, inventou a surdez através dos níveis de perdas auditivas, das lesões no tímpano, dos fatores hereditários e adquiridos”.

Atualmente, os surdos constituem uma comunidade minoritária, e o que os identifica são a Língua de Sinais, uma cultura visual e a aceitação da surdez. Os surdos apresentam suas próprias condutas e valores, para pertencer a esse grupo, basta, apenas, ter domínio da Língua de Sinais e se identificar com a própria cultura, comprovando que a surdez é uma diferença, e não uma deficiência.

A inclusão do surdo na sociedade começa a partir do momento que ele inicia com o convívio na escola, captando informações diversas, participando de decisões, emitindo opiniões, influenciando e sendo influenciado. Dessa forma, a escola tem papel

fundamental nesse processo, porque será a grande estimuladora desse aluno.

Palhares (2008, p.20) afirma ser de suma importância a implantação de programas socioeducativos que foquem o lazer, esporte e outras expressões de inter-relação com o mundo, estimulando no aluno a vontade de aprender.

Atualmente, as pessoas com surdez ainda dependem muito do interesse por partes de todos os envolvidos na sociedade para se inserir no meio, o que se vê são a falta de pessoas capacitada para que faça de fato essa inclusão.

Segundo Bortoleto; Rodrigues e Palamin (2002/2003), a inclusão do surdo na escola deve garantir sua permanência no sistema educacional regular com igualdade de oportunidades, bem como, ensino de qualidade. Rechigo e Marostega (2002) apontam que quando se propõe a educação de surdos no ensino regular, surgem vários questionamentos, e colocam em dúvida se essa experiência é capaz de incluí-los no contexto sem mudar a representação dos ouvintes, ou se é mais uma vivência que, mascaradamente, associa-se à exclusão.

Skliar (1998) afirma que a inclusão excludente, ou seja, uma forma a partir da qual parece que grupos de surdos são considerados dentro de um sistema plural, democrático, porém, dentro da escola é praticada a exclusão.

A busca na inserção social culmina com a inclusão. Em se tratando da inclusão das pessoas surdas na sociedade, essa é uma grande oportunidade para visto que sejam avaliadas pela sua capacidade pessoa, tendo em vista sua individualidade e a competência. Todavia, pessoas com deficiência auditiva leve ou surdez grave, são capazes de exercer atividade profissional como qualquer outra pessoa, de modo que suas habilidades e aptidões para a função almejada sejam consideradas com respeito e responsabilidade.

Porém está inclusão social, estende-se para uma pessoa com deficiência, que hoje só consegue atingir essa etapa da vida por intermédio de Leis de cotas para conseguirem um espaço, que é onde capacita os profissionais.

Para que a inclusão funcione como devidamente se espera ela deve se iniciar no âmbito familiar, e em seguida na fase da escolarização, para que a pessoa com deficiência se sinta integrado à sociedade, para quando na idade adulta, não se sinta excluído dentro da sociedade.

### 3. METODOLOGIA

Esta esse é um estudo de cunho bibliográfico, qualitativo e descritivo. A pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema proposto (THIOLLENT, 1986, p.30).

Esse tipo de pesquisa auxilia ainda na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade desta pesquisa. É exploratória, pois GIL (2008) infere que este tipo de pesquisa, proporciona maior familiaridade com o problema para depois explicitá-lo, assumindo a forma de pesquisa bibliográfica e/ou estudo de caso.

Este trabalho ainda trata de uma pesquisa qualitativa descritiva, pois ela não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado

ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Ela é descritiva por que nela realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos (BARROS e LEHFELD, 2007). Portanto, a finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Esse estudo foi de suma importância para trazer à tona uma realidade no qual vivemos. Muitos acreditam que as Leis existentes, estão sendo de fato efetivas, porém, não é bem assim. Uma exclusão que temos, com todos os direitos previstos e que são negados de maneira sutil, para que não transasse está negação, impedindo de exercer a sua cidadania de maneira igualitária.

Infelizmente ainda não se tem concretamente onde os surdos possam estar apresentando suas potencialidades. Apesar de termos as Leis de inclusão e a Lei de Libras nos cursos de formação o que se espera em um futuro, próximo faremos pesquisas mais positivas da inclusão da pessoa surda na educação.

Os resultados ainda não estão totalmente concretizados. Porém, diante dos fatos analisados, podemos afirmar que preconceito e a exclusão, acontecem por falta de informação e não devem ser fatores impeditivos para inclusão dos surdos no meio social. Eles só precisam de oportunidades e motivação de profissionais ca-

pacitados para mostrar do que são capazes. Os surdos devem ser incluídos de forma respeitosa no meio social, independente de interesses, habilidades e competências.

As escolas estão conscientes das obrigações e responsabilidade sociais vigentes e descritas em leis e documentos oficiais. Porém, algumas dificuldades são encontradas e precisam ser repensadas para que sejam apresentadas corretamente no que diz respeito à inclusão das pessoas com surdez no meio social.

Portanto, a proposta consiste na inclusão das pessoas com surdez no meio social, com qualidade de vida, liberdade e fazendo valer os direitos humanos.

## 5. CONCLUSÕES

As dificuldades apresentadas dentro da realidade dos surdos para serem inseridos no meio social mesmo após a validação das Leis da inclusão, Leis da Libras, nos mostrou a quão sensível e imediata é a causa das pessoas com surdez.

Apresentar a legislação pertinente à educação inclusiva da pessoa surda no país, proporcionou discorrer e entender os processos históricos que nos mostram como ao longo da história, o aluno surdo foi e é tratado na sociedade em que está inserida.

A importância da integração social do surdo após escolarização é efetiva, o acolhimento e inclusão se iniciam em casa no âmbito familiar, objetivando o fortalecimento dessa criança e adultos que mais à frente saíram de suas casas, para o ambiente do trabalho.

Ao aprofundarmos no tema, e ainda se considera um raso conhecimento, diante a questão em voga, notou-se que este cenário de exclusão social, mais particularmente no âmbito social.

Concluímos o estudo em questão que a realidade só poderá ser mudada, exercendo respeito, dignidade, direito à diferença

e uso apropriado da Lei da inclusão da Lei da Libras. A mudança do modo de pensar influenciará nas atitudes e implantações que possam atender às necessidades específicas da comunidade surda.

## REFERÊNCIAS

BORTOLETO, R. H.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PALAMIN, M. E. G. A inclusão escolar enquanto prática na vida acadêmica de portadores de deficiência auditiva. Revista Espaço. Rio de Janeiro, v. 18/19, p. 45-50, 2002/ 2003.

**LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de Dez. de 1996.5ed. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. **Secretaria da Educação Especial.** Lei Nº 7.853 de 24 de Out. de 1989. Disponível em:<[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/cieh/doc/lei\\_7853\\_89.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/cieh/doc/lei_7853_89.pdf)> Acesso em 29 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado:** Pessoa com surdez. Brasília: MEC/SEESP/SEED,2007

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <[www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp)>. Acesso em 29 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial>>.Acesso em 29 de junho de 2018.

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo. MAKRON, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas,2008.

KOJIMA, C. K. SEGALA, S. R. Libras: **A Imagem do Pensamento.** Vol.1. São Paulo: Escala, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

O TRADUTOR E INTÉPRETE DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA  
E AS DIVERSAS VERTENTES PROFISSIONAIS

**Lei 10.436** – Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis>> Acesso em 29 de junho de 2018.

**Lei 8.213** – Disponível em Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis>>. Acesso em 29 de junho de 2018.

PALHARES, Manoel. **A capacitação profissional do surdo**. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br>>. Acesso em 29 de junho de 2018.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Leitura, Escrita e Surdez**. Governo do Estado de São Paulo, 2006.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história das pessoas com deficiência: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais**. João Pessoa. Ed. Universitária da UFPB, 2011.

SKLIAR, C. A. Surdez: um olhar sobre as diferenças. 1. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

LOPES,MauraCorcini. **Surdez&Educação**. Belo Horizonte:Autêntica,2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação**. São Paulo: Cortez, 1986.